



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

ELIMAR VITALINO DA SILVA

**TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ÂMBITO DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

ELIMAR VITALINO DA SILVA

**TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ÂMBITO DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Renato Machado
Saldanha

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

Catálogo na fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE - Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Jaciane Freire Santana, CRB-4/2018

S586t Silva, Elimar Vitalino da
Trajetória e perspectivas da educação do campo no âmbito do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST / Elimar Vitalino da Silva. - Vitória de Santo Antão, 2019.
60 folhas.

Orientador: Renato Machado Saldanha.
TCC (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Licenciatura em Educação Física, 2019.
Inclui referências.

1. Educação rural. 2. Reforma Agrária. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. I. Saldanha, Renato Machado (Orientador). II. Título.

370.115 CDD (23. ed.)

BIBCAV/UFPE-258/2019

ELIMAR VITALINO DA SILVA

**TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ÂMBITO DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 02/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Sergio João da Silva (Examinador Externo)
Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Marco Antônio Fidalgo Amorim (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Susane Lindinalva da Silva (Examinadora Externa)
Residência Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase em Saúde do Campo
– Universidade de Pernambuco

Dedico esse trabalho, acima de tudo, a minha Vó Iracema e aos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

“Estudei sempre por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos; tenho a obrigação de retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou.”

Nélson Jahr Garcia (1947 – 2002)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, antes de tudo, reconhecermo-nos enquanto seres sociais que necessitamos dos outros para a construção da nossa vida, precisamos dos nossos pares até para a nossa própria construção enquanto seres humanos, é reconhecer que sozinho não teria conseguido.

Primeiramente agradeço a Deus. Minha fonte de força para percorrer essa longa jornada. Agradeço também à minha família, meu pai, minha mãe e minha vó Iracema por nunca deixarem faltar condições para que eu estudasse. Agradeço a minha namorada, Fernanda que sempre foi um ombro amigos nos momentos difíceis, que passei esse ano.

Aos meus amigos que construíram essa caminhada comigo. Estudamos, brigamos, lutamos e rimos juntos, não poderia esquecer de vocês, Lampião, Carlinhos, Susi, Rapha, Jacque, Victor, Ygor, Joedson e outros. Aos meus amigos de Bonito, que mesmo distante acompanharam minha trajetória e torceram por mim, em especial a Romário e Gulthyerres. Sem vocês eu não conseguiria.

Agradeço ao meu orientador e camarada Renato Saldanha por ter me acolhido desde 2017 como orientando e ter dado um novo rumo a minha vida acadêmica. Agradeço ainda por ter me amparado em momentos difíceis da minha graduação, e também por todas as oportunidades de trabalho proporcionadas nesse período, muito obrigado! Agradeço também ao professor Marco Fidalgo pelas conversas, por nossos estudos, por tudo.

Ao CAV r_Existê, ao CORE, ao DAEF, ao MST e ao Afronte! Por terem construído em mim a consciência de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. À minha organização, a Resistência, por também ter me formado politicamente.

À Casa da vó que me acolheu lá em 2015, com 16 anos, principalmente a PH e a Black. Também ao AP 301, por ter me aguentado nesses dias de escrita desse trabalho. Tenho um carinho enorme por vocês.

Por último, agradeço também aos professores do núcleo de educação física e ciências do esporte que juntos construímos o profissional que hoje sou. Todos vocês ocupam espaço importante em minha trajetória, seja como referência como ser um profissional, ou, seja como referência de como não ser um.

“A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:

Reforma Agrária.”

(Pedro Tierra, A fala da nossa Terra)

RESUMO

A Educação do Campo no Brasil tem sua trajetória marcada por disputas e contradições, essa educação surge dentro das experiências dos movimentos sociais contra o latifúndio. Com a crise capitalista de 2008 e as suas causas no Brasil, as experiências de Educação do Campo têm ficado sobre constantes ataques, que se intensificaram a partir de 2014. Em 2016, com um golpe jurídico-parlamentar que deu fim a um ciclo de conciliação de classes, levado a cabo pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e levou a uma reordenação do Estado, esses ataques têm se intensificado. O fato de a Educação do Campo estar ligada diretamente à luta pela terra, tem feito com que esses ataques sejam ainda maiores nesse momento. Diante disso, cabe a nós questionar quais as tendências para a Educação do Campo nesse novo ciclo? Esse trabalho se propôs, então, a compreender a luta pela educação do campo no Brasil e suas tendências atuais. Para isso, fizemos uma revisão bibliográfica e documental, onde analisamos artigos, livros, revistas, reportagens e documentos relacionados ao tema. Buscamos nos aproximar da tradição do pensamento Marxista. Consideramos que a Educação do Campo corre um sério risco de abandono, sucateamento e de paralisação total, essa tendência vem se desenhando com mais intensidade a partir de 2015. Esse período pede uma resitência ainda maior dos movimentos de luta pela em defesa da Educação do campo, sobretudo sob o governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Educação do Campo. Reforma Agrária. Educação.

ABSTRACT

Rural Education in Brazil has its trajectory marked by disputes and contradictions, this education arises within the experiences of social movements against Latin. With a capitalist crisis of 2008 and its causes in Brazil, as the Field Education suffers constant attacks, which intensified from 2014. In 2016, with a legal-parliamentary coup that ended a cycle of class reconciliation, carried out by the Workers' Party (PT) governments and led to a reordering of the state, these attacks are intensified. The fact that Field Education is directly linked to the struggle for land has been made with these even greater attacks at this time. Given this, it is up to us to question what are the trends for rural education in this new cycle? This work then proposed a struggle for field education in Brazil and its current trends. For this, it reproduced a bibliographic and documentary review, where we analyzed articles, books, magazines, reports and documents related to the theme. We seek to approach the tradition of Marxist thought. We consider that Rural Education represents a serious risk of abandonment, scrapping and total paralysis, this trend has been drawing more intensely since 2015. This period calls for an even greater reinitialization of the rural education struggle, especially under the Bolsonaro government.

Keywords: Rural Education. Land Reform. Education.

LISTA DE ABREVIACÕES

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educao de Jovens e Adultos
Enera	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores e Reforma Agrária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
INCRA	Instituto Nacional de Colonizao e Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitao e Pesquisa da Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educao
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PM	Polícia Militar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCAMPO	Programa de Apoio a Formao Superior em Licenciatura em Educao do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educao na Reforma Agrária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 METODOLOGIA.....	12
2 O TRABALHO NA HISTÓRIA E A QUESTÃO DA TERRA	14
3 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	25
3.1 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O SURGIMENTO DO MST	25
3.2 O MST E A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO	30
4 EDUCAÇÃO DO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA ENTRE 1995 E 2019: AVANÇOS, RETROCESSOS E AMEAÇAS.....	39
4.1 FHC, A INVISIBILIZAÇÃO E O NÃO-DIÁLOGO	39
4.2 O GOVERNO LULA: A ALIANÇA DE CLASSES E A FLEXIBILIZAÇÃO DO ENFRENTAMENTO (2003-2010).....	41
4.3. DILMA E O FIM DO PACTO DE CLASSES (2011-2016).....	44
4.4 TEMER, BOLSONARO E A OFENSIVA DO CAPITAL NUMA DEMOCRACIA BLINDADA (2016-2019).....	47
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da Educação do Campo no Brasil é marcada por disputas e contradições desde o seu surgimento. Seja porque o acesso das populações do campo à educação foi historicamente negado, ou, seja porque os interesses dos trabalhadores do campo e das organizações camponesas, muitas vezes, divergem com os dos órgãos estatais. Prova disso é que, somente nos últimos 20 anos pudemos ter alguns avanços concretos nesse âmbito.

O caminho para isso, entretanto, não foi tranquilo. Essas conquistas vieram sob muito sangue e suor derramado, sobretudo pelos movimentos de luta pela terra, que iniciaram um processo de lutas pelo acesso à educação já na década de 80. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), teve um papel fundamental nessas lutas, e foi a principal organização a mobilizar a sociedade civil em torno dessa pauta. No decorrer das lutas, perceberam que somente o acesso à educação não bastava, era preciso lutar por uma educação que estivesse diretamente atrelada às lutas pelo direito à terra e por uma vida digna no campo. Uma educação, portanto, contra-hegemônica, ligada ao enfrentamento ao modelo de produção agrícola dominante, que promove a concentração fundiária, o esvaziamento das lavouras, e a expulsão desses sujeitos de seus territórios.

Como um reflexo dessas lutas, o final da década de 90 e os anos 2000 e 2010, marcam um progresso da visibilidade desse tema. Mesmo diante de inúmeros retrocessos, como o alto número de fechamento de escolas do campo, conseguimos alcançar também algumas medidas favoráveis. A exemplo da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o crescimento gradativo no seu financiamento, a construção do Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO), a criação Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), entre outros.

Essa ligação intrínseca entre a Educação do Campo e a luta pela terra, a coloca em riscos ainda maiores no atual momento político e econômico. A crise capitalista, que se iniciou em 2008 nos países centrais, vive seus momentos mais profundos no Brasil, expressos na abertura de uma crise institucional que interrompeu um ciclo de 13 anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), 2013-2016, e colocou sob ameaça todos os direitos sociais garantidos constitucionalmente como educação, saúde e previdência social. O que se abre,

então, nesse período é uma nova agenda do capital para a superação da crise, agenda baseada na intensificação da exploração e retirada de direitos da classe trabalhadora para manutenção de seus lucros.

Em 2018, a ascensão da extrema direita ao poder, na figura de Jair Bolsonaro, eleva o perigo que corre não só a Educação do Campo, mas os movimentos de luta pela terra e a reforma agrária em sua totalidade. O presidente já demonstrou que não pretende dialogar com movimentos sociais, principalmente com o MST, e deixou claro que pretende acabar com as escolas do movimento, às quais se referiu como “fábricas de guerrilheiros” (SOARES, 2018). Além disso, o governo impõe um rigoroso sufocamento financeiro ao PRONERA, que já chegou a contar com mais de R\$ 30 milhões em 2015, e em 2019 conta com menos de R\$ 100 mil.

Em menos de 1 ano de governo, Bolsonaro avança brutalmente sobre o campo, apoiando desapropriações de terras e o despejo violento de famílias de acampamentos. Como no exemplo do despejo do acampamento Abril Vermelho na Bahia, e a tentativa de fechamento do Centro de Formação Paulo Freire, do MST em Caruaru-PE.

Diante dessa ofensiva do capital em sua forma mais radicalizada e as ameaças à Educação do Campo, pretendemos com esse trabalho, compreender a Educação do Campo enquanto uma construção histórica e suas tendências frente a esses retrocessos.

Ou seja, pretendemos aqui, como objetivo geral do trabalho: Compreender a luta pela educação do campo no Brasil e suas tendências atuais. Para isso, nos debruçaremos na compreensão da luta pela educação do campo na sua raiz. Temos como objetivos específicos, então: 1) Historicizar o processo de apropriação privada da terra, marcando o seu papel nas sociedades de classes; 2) Historicizar a luta pela terra e pela Educação do Campo no Brasil; 3); Refletir sobre a atual conjuntura e as tendências para a educação do campo no Governo Bolsonaro.

O que justifica esse estudo, nesse momento histórico, é a necessidade inadiável de compreendermos a fundo a ofensiva do capital sobre os direitos da população camponesa (mais especificamente, sobre seu direito à educação). Só nos apropriando teoricamente das determinações desses ataques é que poderemos resistir e pensar adequadamente as formas de superação desse modelo imposto. Portanto, esse trabalho se filia à tarefa de defesa de uma Educação do Campo crítica, nos termos propostos por Saviani:

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais (SAVIANI, 2012, p. 31).

O conhecimento que se objetiva produzir aqui, portanto, é relevante por buscar contribuir para a compreensão de um dos aspectos do atual contexto político e econômico no Brasil, se propondo a ser instrumento útil na luta em defesa da Reforma Agrária e dos interesses históricos da classe trabalhadora.

1.1 METODOLOGIA

“A problemática do conhecimento se resume, em seus termos mais essenciais, à relação entre um sujeito e um objeto” (TONET, 2013, p. 13). Partindo dessa compreensão, pretendemos, aqui, elucidar, ainda que de maneira simples, alguns entendimentos que nortearam a produção desse projeto e que acreditamos que serão necessários na realização dessa pesquisa.

Procuramos nos aproximar da tradição teórica do materialismo-histórico-dialético. Nessa perspectiva, cabe ao sujeito assimilar o objeto para além de sua aparência imediata, apreender sua “essência” (ou seja, sua estrutura e dinâmica), e reproduzi-la conceitualmente no plano do pensamento. “A perspectiva mais elementar, básica, fundamental do método é a ambição de compreender, no âmbito do pensamento, o movimento do real” (IASI, 2019. p. 34).

Neste sentido, frente a um todo que se expressa caoticamente, cabe ao sujeito primeiramente um tratamento analítico do objeto, que é a decomposição das partes constituintes do fenômeno, tornando simples aquilo que é composto e complexo. Depois a busca pela síntese, que é a recomposição do todo, procurando encontrar neste movimento os sentidos globais, aquilo que dá dinamicidade e coerência às partes. É esse movimento lógico que permite ao pesquisador sair do sincrético, da aparência imediata do fenômeno, e reconstruí-lo idealmente em sua real concretude (SEVERINO, 2007).

Para realizar essa tarefa, nos dedicaremos a uma revisão bibliográfica e documental, onde analisaremos artigos, livros, revistas, reportagens e documentos relacionados ao tema. Utilizaremos referências importantes para as áreas da

educação, como Roseli Caldart, Rubneuzza Souza, Demerval Saviani, Mitsue Morissawa e outros.

O trabalho se divide em 3 capítulos, onde no primeiro buscaremos compreender a história da terra enquanto um meio de produção da vida, no segundo nos deteremos a historicizar as lutas pela educação do campo e pela terra no Brasil, e no terceiro apontaremos as tendências construídas nos últimos anos sobre a educação do campo e refletiremos sobre essas tendências na atualidade.

2 O TRABALHO NA HISTÓRIA E A QUESTÃO DA TERRA

Para falarmos da luta pela reforma agrária, é necessário que se inicie a análise a partir da raiz do problema. É essencial compreender que a luta pela socialização da terra, enquanto meio de produção, está intimamente ligada à como estão configuradas nas sociedades de classes: A ação pela qual os homens produzem a sua própria existência, o trabalho; e a propriedade dos meios de produção, que nas sociedades de classes assumem a forma de propriedades privadas.

Falamos aqui do trabalho não de forma abstrata ou somente do trabalho na sua configuração atual, na forma de trabalho assalariado, mas do trabalho como a ação fundante da vida humana. Ou seja, do trabalho enquanto uma atividade pela qual os homens produzem as suas próprias condições materiais de existência, e a partir da qual os homens se constroem enquanto seres humanos (LESSA; TONET, 2011). Para isso, nos deteremos, primeiramente, a destrinchar um pouco mais a respeito do conceito de Trabalho que usaremos no decorrer deste texto.

De início, é importante caracterizar que os seres humanos, diferentemente dos outros animais, não encontram dadas na realidade as condições materiais de manter a sua própria sobrevivência. É a partir do trabalho que os homens, em relação com os outros homens e com a natureza, constroem essas condições. Como nos diz Marx: “Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida” (MARX, 2007, p.27).

É nessa relação com a natureza, ou seja, pelo trabalho enquanto mediação entre o homem e a natureza, que podemos caracterizar o homem enquanto um ser natural:

O homem é diretamente um ser natural. Como ser natural e como ser natural vivo é dotado, por um lado, de forças naturais, de forças vivas, é um ser natural ativo; estas forças existem nele como dotes e capacidades, como pulsões; por outro lado, como ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, é um ser que sofre, condicionado e limitado, tal como o animal e a planta, quer dizer, os objetos das suas pulsões existem fora dele, como objetos independentes e, no entanto, tais objetos são objetos das suas necessidades, objetos essenciais, indispensáveis ao exercício e à confirmação das forças do seu ser (MARX, 1966, apud, TONET, 2013 p.81).

Ao mesmo tempo que o homem é, fundamentalmente, um ser social, pois concomitantemente necessita da interação com a natureza para a produção da sua existência, precisa também da relação com outros homens, ou seja, da criação de relações sociais, para a manutenção e produção da vida. Podemos dizer, então, que as relações sociais construídas historicamente pelos homens, são relações construídas a partir do trabalho, ou seja, são, necessariamente, relações de produção. Nesse sentido, o trabalho é uma atividade que permite a integração do ser humano enquanto um ser natural e social (TONET, 2013).

Diante desse conceito, ainda podemos recorrer ao argumento de que alguns outros animais em conjunto com a sua espécie precisam tirar da natureza a suas condições de existência, mas para Lessa e Tonet (2011), há diferenças fundamentais entre o trabalho humano e o trabalho de qualquer outro animal, segundo ele:

Entre os homens, a transformação da natureza é um processo muito diferente das ações das abelhas e formigas. Em primeiro lugar, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É essa capacidade de idear (isto é, de criar ideias) antes de objetivar (isto é, de construir objetiva ou materialmente) que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza, a evolução humana (LESSA; TONET, 2011, p.18).

Ou seja, diferentemente dos outros animais, o trabalho humano é uma síntese de causalidade e teleologia. É um trabalho consciente e intencional. Nas palavras de Tonet (2013, p. 84), essa síntese de teleologia e causalidade significa:

O que caracteriza a teleologia, como já vimos em Marx, é o estabelecimento consciente de fins a serem atingidos. Fins que não podem ser abstraídos diretamente da realidade objetiva, portanto tem que ser “criados” pelo sujeito, pois estão articulados com o atendimento das suas necessidades. [...] O outro momento que compõe o trabalho, como já vimos, é a causalidade. Ora, a causalidade é exatamente o que caracteriza a natureza, pois esta é regida por leis independentes de qualquer consciência.

Resumidamente, podemos dizer que a teleologia característica do trabalho humano é, nada mais, que a capacidade de projetar os determinados fins a serem atingidos pela intervenção humana através do próprio trabalho. Ao mesmo tempo que a causalidade significa a própria configuração da realidade material, ou seja, realidade qual o homem não pode alterar imediatamente. Dessa forma, não podem escolher as condições ideais para realizar seu trabalho. A exemplo: Não poderia um homem nas sociedades primitivas produzir um computador ou um smartphone, pois

as condições materiais de produção não estavam dadas naquele momento. Numa palavra, é formado por uma causalidade por depender das condições objetivas para a realização do seu trabalho.

[...] pelo trabalho, ao objetivarem as suas prévias ideações, os homens produzem um ambiente cada vez mais favorável à sua sobrevivência, num processo bastante complexo por meio do qual ideia e causalidade se sintetizam em objetos distintos da consciência (LESSA; TONET, 2011, p. 51).

É a partir do trabalho, também, que os homens desenvolvem as suas próprias condições de produzirem, desenvolvem os seus instrumentos e técnicas de trabalho, ou seja, as forças produtivas, desenvolvendo conseqüentemente, suas capacidades de produção, suas relações de produção e a própria organização da sociedade através do modo como os homens produzem e organizam suas vidas. Podemos dizer, em suma, que o trabalho é ação fundante da vida humana, uma ação determinada por uma causalidade e dotada de uma teleologia pela qual o homem produz a sua existência, se constrói enquanto homem, e assim, se diferencia dos outros animais (TONET, 2013; MARX, 1986; SAVIANI, 2007).

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007, p.154)

Na problemática específica da reforma agrária e da luta pela terra, consideramos que esta luta é, em si, a luta pela socialização da terra enquanto um meio de produção, e nesse sentido, é uma luta por condições justas de trabalho. Uma luta pela qual os homens no decorrer da história das sociedades de classes têm feito esforços para que o acesso à terra, e conseqüentemente, o acesso ao trabalho pela terra não dependa necessariamente da sua submissão a terceiros, nesse caso, aos proprietários das terras. Podemos dizer, então, que a partir do momento em que o homem reivindica a socialização da terra, está reivindicando também a liberdade do seu trabalho, ou seja, o fim da exploração do seu trabalho por terceiros. Enfim, reivindica o fim da exploração do homem pelo homem através

da terra. É uma luta por aquilo que lhe constrói enquanto ser humano, que lhe difere dos outros animais, o trabalho.

Observe que apontamos, aqui, a luta pela terra no "decorrer da história das sociedades de classes", com efeito, a luta pela terra tem origem em conjunto com a própria apropriação privada da terra por parcela dos homens, que tem origem no desenvolvimento da capacidade humana de produzir como veremos mais adiante. A partir dessa apropriação privada da terra, a própria sociedade passa a se configurar a partir da divisão em classes sociais, entre quem possui o meio de produção (nesse caso, a terra) e quem não possui o meio de produção (LESSA; TONET, 2011; SAVIANI, 2007).

Entraremos agora numa breve discussão histórica a respeito da configuração da terra enquanto propriedade privada.

Podemos dizer que o início da nossa civilização se dá há cerca de 10.000 anos, onde vivíamos da caça, pesca e coletas. Éramos nômades, visto que nem sempre naquela localidade havia o necessário para a vida humana, necessitando que os homens migrassem para outros locais. A terra era um bem comum e não havia proprietários. Vivíamos num modo de produção chamado Comunismo Primitivo, onde os homens produziam suas vidas em coletividade, sem divisões de classes, sem Estado, sem propriedades privadas e sem exploração do homem pelo homem. Tudo que era produzido era para suprir as necessidades comunitárias imediatas, ou seja, era socializado com todos os membros da comunidade e todos usufruíam desta produção. Não havia excedentes da produção. De acordo com a expansão das comunidades, se fazia presente uma divisão social do trabalho, onde alguns plantavam, outros colhiam, outros produziam as ferramentas e assim por diante (MORISSAWA, 2001; LESSA; TONET, 2011).

Ao coletarem os alimentos, os homens iam conhecendo a realidade, e esse conhecimento era generalizado por todos os membros do grupo. Com o tempo, esses bandos foram capazes de produzir ferramentas cada vez mais desenvolvidas e foram conhecendo cada vez melhor o ambiente em que viviam. Com o desenvolvimento das forças produtivas, os bandos puderam aumentar de tamanho e se complexificaram. Indivíduos e sociedade já naquele momento estavam em permanente evolução. [...] Essa evolução levou à primeira grande revolução na capacidade humana de transformar a natureza: a descoberta da semente e da criação de animais. (LESSA; TONET, 2011, p.52)

A partir da socialização do saber, do conhecimento da realidade, os homens passaram a produzir melhor seus instrumentos e intervir melhor na sua realidade gerando o que se pode chamar de um desenvolvimento das forças produtivas. Esse desenvolvimento, ou seja, essa evolução da capacidade de produção dos homens em suas comunidades a partir da aquisição de novos instrumentos de trabalho do desenvolvimento de técnicas mais apuradas, permitiu que além de uma produção de consumo imediato, os homens fossem capazes de gerar, também, excedentes de produção, alterando assim, as próprias estruturas das comunidades primitivas (LESSA; TONET, 2011).

Na conceituação de trabalho, o colocamos também como uma atividade pela qual o homem se constrói homem, ou seja, o homem se transforma a partir do trabalho. Pois bem, a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas permitiu que o homem alterasse radicalmente sua forma de produzir, de trabalhar, ou seja, alterasse as relações de produção, e conseqüentemente, a estrutura da sociedade, permitiu também que alterasse a si mesmo como ser humano.

Continuando: com a possibilidade de domesticação de algumas sementes e animais com o surgimento da agricultura e pecuária, houve uma reordenação do modo de vida das comunidades primitivas. O homem que até então dependia do que estava dado naquele território e naquele período passou a ter mais autonomia, na medida em que ele passa a poder trabalhar menos, produzir mais, formar pequenos estoques e até trocar aquilo que não fosse necessário por algo mais usual. Nesse sentido, passava também a ter mais tempo livre, e, conseqüentemente, mais tempo para projetar melhor a sua intervenção na sua realidade, seu trabalho. Num movimento contraditório, ao mesmo tempo se formava as condições necessárias para o surgimento da exploração do homem pelo homem, a partir da produção do excedente gerado pelo trabalho. Ora, é a partir desse momento que será criada a possibilidade, a partir do excedente de produção, de que um homem possa viver da apropriação do excedente gerado por outro (LESSA; TONET, 2011; MORISSAWA, 2001).

Chegamos, então, num ponto crucial para a germinação das sociedades de classes. A possibilidade de apropriação privada do excedente de produção de terceiros, abriu a possibilidade de que o ser humano vivesse não do seu próprio trabalho ou da socialização do produto do trabalho coletivo, como era até então, mas

da apropriação do produto do trabalho alheio sem qualquer envolvimento na produção. Em outras palavras: Deu a possibilidade de o indivíduo viver a partir exploração do trabalho dos demais. Como nos diz Lessa e Tonet (2011, p. 53): “Temos aqui a gênese de algo radicalmente novo na história humana”. Vale destacar que nesse momento, o principal meio de produção era a terra. Era basicamente pela terra com a agricultura e pecuária que os homens viviam.

É nesse processo de ruptura com as sociedades primitivas que se inicia um processo de cercamento, divisão, apropriação e disputas pela terra. Ser, então, proprietário da terra passava a ser uma possibilidade de viver da exploração do trabalho alheio. Inicia-se o processo de divisão da sociedade em classes, de fato. A divisão entre explorados e exploradores, entre oprimidos e opressores, entre proprietários e não-proprietários (MORISSAWA, 2001).

Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. A classe dominante tem que explorar o trabalhador, este não deseja ser explorado (LESSA; TONET, 2011, p. 53).

Da dissolução das sociedades primitivas baseadas na cooperação entre os indivíduos, nasceu uma das primeiras formas de organização da sociedade em classes, a sociedade Escravista, forma de sociedade caracterizada justamente pela submissão de um homem pelo outro, do não-proprietário da terra pelo proprietário, do escravo pelo senhor. Nesse novo modo de produção, não era interessante aos senhores investir no desenvolvimento técnico da produção, o aumento da produção era gerado, basicamente, pelo aumento do número de escravos e terras que o senhor possuía. Ou seja, quanto mais escravos e terras o senhor possui, maior a riqueza gerada, e, conseqüentemente maior a apropriação dessa riqueza pelo senhor (TONET, 2013).

No seio dessa lógica essencial do escravismo, há uma contradição marcante da qual se originou o Estado, aparato pelo qual é impossível compreender a luta pela terra na atualidade sem compreendê-lo em sua essência.

Ora, na medida em que somente aumentando o número de escravos e terras o senhor consegue aumentar sua riqueza, também com aumento do número de escravos aumenta a preocupação com possíveis rebeliões, já que um só senhor não daria conta de reprimir, por exemplo, 700 escravos. É nesse sentido que o conjunto dos senhores de escravos, ou seja, a classe dominante, irá organizar a contratação

de soldados para reprimir qualquer tentativa de rebelião dos escravos, além da contratação de funcionários públicos para recolher os impostos e administrar o pagamento do exército e a elaboração do Direito como forma de mediação e alívio das tensões sociais geradas pelas próprias contradições da sociedade escravista. “O conjunto dos funcionários públicos, somado aos instrumentos de repressão dos escravos (exército, polícia, prisões etc.) e ao Direito, é o Estado.” (LESSA; TONET, 2011, p.54). Percebemos, então, que a origem do Estado é essencialmente marcada pelo conflito de classes, se apresenta desde sua gênese como um aparelho de dominação de uma classe sobre a outra (LENIN, 2017). A respeito da função do estado e do direito, Tonet ainda nos traz:

O Estado é a organização da classe dominante em poder político. Tal poder apenas pode existir apoiando-se em um conjunto de instrumentos repressivos (exército, polícia, sistema penitenciário, funcionalismo público, leis etc.). Independentemente da forma que ele assuma e das formas de exercer o poder, segundo Marx, o Estado é, essencialmente, um instrumento de dominação de classe. [...] Com a divisão da sociedade em classes, os interesses, agora antagônicos, não podiam ser resolvidos a não ser pela força. A reprodução da sociedade, contudo, ficaria inviabilizada se essa afirmação de força degenerasse cotidianamente em uma luta aberta entre as classes, em uma guerra civil. Evitar que isso aconteça é a função social do Direito. Cabe a ele regulamentar a vida social por meio de leis que jamais ultrapassem a dominação de classe (LESSA; TONET, 2011, p.54).

A necessidade do aumento do número de escravos, gerou também a necessidade do aumento do exército e dos funcionários públicos, ou seja, do Estado, inviabilizando o pagamento do salário desses funcionários pelos senhores. O escravismo, então, entra em crise, a partir do momento em que esses funcionários deixaram de defender os senhores. Como a própria estrutura do escravismo não permitia uma organização maior dos escravos, esses não conseguiam se apresentar enquanto uma classe revolucionária que levasse a cabo a superação daquela sociedade. Dessa forma a transição de escravismo ao feudalismo se deu de forma lenta e caótica (LESSA; TONET, 2011).

A dissolução lenta e desigual do modo de produção escravista deu origem a uma separação das grandes cidades em pequenas unidades autossuficientes, baseadas principalmente no uso da terra enquanto meio de produção. Essas unidades eram chamadas de Feudos. Origina-se, assim, o Feudalismo.

Esse novo modo de produção baseado no uso da terra, dividia a sociedade em duas classes principais: De um lado, o senhor feudal, proprietário da terra e líder militar que ficava a cargo de defender o Feudo, esse senhor se apropriava da maior parte da produção; e o servo, proprietário somente de suas ferramentas e que se apropriava somente de uma pequena parte daquilo que era produzido pelo seu trabalho.

A terra, nesse momento, tinha um papel fundamental para a reprodução da sociedade. Sendo assim, não poderia o senhor Feudal vender a terra, ou expulsar o servo; da mesma forma que não poderia o servo abandonar o Feudo.

Diferentemente do escravismo, no feudalismo, o servo se apropria de parte (embora que pequena) da sua produção, ou seja, era interessante aos servos aumentarem essa produção, trabalhando mais. Pois trabalhando mais, aumentando sua produção, aumentaria também a sua apropriação do produto do seu trabalho. A partir desse interesse surgiram novas formas de trabalhar, novas técnicas, novos instrumentos, ou seja, um novo progresso nas forças produtivas, permitindo que a produção fosse ainda maior (LESSA; TONET, 2011).

A crise do sistema feudal se deu a partir dessa possibilidade de os servos produzirem ainda mais. Ora, o feudo se estruturava a partir do consumo interno do que era produzido, pouco do excedente ia para o comércio. Com o aumento da produção, os feudos passaram a produzir mais do que conseguiam consumir e ter mais servos que necessitavam para produzir determinada quantidade. Sobravam os produtos (excedentes do trabalho) e os trabalhadores.

Frente à crise, os senhores feudais romperam o acordo que tinham com os servos e expulsaram do feudo os que estavam sobrando. Estes, sem terem do que viver, começaram a roubar e a trocar o produto do roubo com outros servos. Como todo mundo estava produzindo mais do que necessitava, todos tinham o que trocar e voltou a florescer o comércio. Em pouco mais de dois séculos, as rotas comerciais e as cidades renasceram e se desenvolveram em quase toda a Europa. (LESSA; TONET, 2011, p.62).

A partir do florescimento do comércio e de vilas e cidades, que passaram a se chamar burgos, surgiram também duas novas classes sociais no seio da sociedade feudal: Os artesãos e os comerciantes, também chamados de burgueses. A burguesia foi a classe mais beneficiada com a expansão do comércio, se desenvolveu economicamente enquanto classe, financiou grandes navegações para a América, África e Ásia e financiou seus intelectuais que forjaram um novo método

científico elevando ainda mais o desenvolvimento das forças produtivas, e, a partir das revoluções burguesas e industrial, deixaram para trás as velhas estruturas da sociedade feudal (TONET, 2013; MARX, 1999).

Em suma, com a ascensão do comércio a burguesia se forjou enquanto classe revolucionária, levando a cabo uma nova forma de organização social baseada na divisão de classes, uma nova sociedade, a sociedade burguesa ou sociedade capitalista. Como nos diz Marx: “A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas feudal, não suplantou os velhos antagonismos de classe. Ela colocou no lugar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta” (MARX, 1999, p.8).

Essa nova sociedade tem em si a divisão de classes baseada em duas principais classes antagônicas: A burguesia que aparece aqui já como uma classe dominante, dona dos meios de produção como as fábricas e as terras; e o proletariado, que leva esse nome por terem sido arrancados das terras em que trabalhavam e submetidos à exploração nas cidades levando consigo somente a sua prole, ou seja, seus filhos, é a classe explorada que depende necessariamente da venda da sua força de trabalho para a sua sobrevivência. Sobre a formação dessa nova classe de trabalhadores urbanos, podemos dizer que com o desenvolvimento das fábricas, indústrias e comércio, nas grandes cidades, era indispensável que se tivesse a mão de obra necessária para ocupar esses postos. Essa nova classe nasce, então, sobre um duro processo de expropriação e expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades restando a esses somente a venda da sua força de trabalho aos donos das fábricas, processo que ficou conhecido como “período de acumulação primitiva do capital”:

Essa acumulação primitiva teve, ainda, uma outra característica importante, diretamente associada à separação do trabalhador dos meios de produção. A criação do mercado mundial e de um mercado de força de trabalho exigiram e possibilitaram um aumento de produção que, por sua vez, intensificou a divisão social do trabalho. O que se produz não é mais para consumo próprio, mas para vender no mercado. Desse modo, todos precisam, agora, se dirigir ao mercado (com dinheiro, claro) para adquirir os bens necessários à vida. A sociedade se converte, assim, em um enorme mercado e tudo passa a ser mercadoria. Com o amadurecimento do modo de produção capitalista, essa forma de relação social se converte no padrão de relacionamento de todos os homens entre si (LESSA; TONET, 2011, p. 64).

Em síntese, podemos caracterizar a sociedade capitalista a partir de vários elementos, tanto por ser uma sociedade baseada na conversão de todos os elementos da produção em mercadoria; na divisão entre trabalho intelectual e manual; na submissão do campo às cidades; mas se deve uma atenção fundamental à atuação do Capital enquanto relação social. Falamos do capital não somente na sua forma dinheiro, mas:

Em sua modalidade “pura”, ou abstraída do complexo e da multiplicidade de interações que assume na totalidade das relações sociais, o início do processo é a forma capital dinheiro (D). O momento intermediário é o capital na forma de mercadoria (M), na qual a mercadoria precisa realizar-se ou ser vendida. O final do processo é o capital valorizado, o qual dará início a um novo recomeço do ciclo de valorização na produção, agora, como capital que incorporou o lucro e a mais-valia realizados na circulação (D’). De maneira que a fórmula geral do capital se expressa por: D – M – D’ (OYAMA, 2015. p. 8).

Vimos então que a terra (enquanto um meio de produção) se configura de diferentes maneiras no decorrer da história. Partindo da sociedade comunista primitiva, com o baixo desenvolvimento das forças produtivas, a terra era o principal meio de produção da vida, através da coleta, da caça, da agricultura e pecuária. A terra era de todos e para todos, e, trabalhando nela o homem produzia sua existência. No escravismo ela assume o caráter de propriedade privada subjugando os homens que nela trabalhavam aos interesses do proprietário, e, no feudalismo essa relação entre o homem e a terra se intensifica, o servo assume um papel de um “apêndice” da terra. Passa, então, o homem a ser ligado diretamente àquela terra e ser propriedade do senhor feudal. No capitalismo, com o processo de acumulação primitiva do capital, ocorre uma divisão imposta entre o campo e a cidade, criando grandes latifúndios e piorando cada vez mais a vida dos trabalhadores do campo. A terra passa a ser, além de um meio de produção extremamente concentrado na mão de poucos, uma mercadoria.

A partir dessa historicização, fica nítido como o processo de privatização da terra, é necessariamente, um processo forjado para a exploração do trabalho humano. É a partir da privatização da terra que o homem passa a trabalhar não para produzir a sua existência, mas para gerar um excedente de produção que será apossado pelo proprietário da terra.

Atualmente isso pouco muda, o trabalhador da sociedade burguesa não tem acesso à terra e encontram na luta pela sua socialização uma forma de lutar pelo fim

da exploração dos trabalhadores do campo, de lutar pela libertação do seu trabalho, pela sua emancipação enquanto sujeito social. É nesse sentido que afirmamos que a luta pela terra é também uma luta pelo trabalho, ou seja, pela autodeterminação da vida humana.

3 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Depois da conceituação de trabalho e uma breve explanação do papel da terra na organização das sociedades de classes no decorrer da história, feitas no capítulo anterior, entraremos agora na realidade específica do Brasil. Buscaremos compreender, primeiramente, como a apropriação privada da terra se deu na nossa realidade, assim como, a história de alguns dos movimentos de luta pela socialização da terra no Brasil, focando no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Num segundo momento, entraremos na discussão de como essa luta pela socialização da terra, pela reforma agrária, pelo trabalho, se transforma também em uma luta pelo acesso à educação, e conseqüentemente, uma luta por uma educação específica para o povo do campo.

3.1 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O SURGIMENTO DO MST

É fundamental esclarecer previamente que o objetivo desse tópico é de entendermos brevemente como se deu a formação da nossa estrutura agrária e como as contradições dessa estrutura gestaram o MST. Logo, não estarão presentes no decorrer do texto movimentos como os de Canudos-BA, a guerra do contestado e outros, não por não serem movimentos importantes, mas por não atenderem o objetivo do texto.

A história do Brasil é radicalmente marcada pela luta pela terra. Podemos dizer que as lutas pela terra no nosso território iniciaram-se já em 1500 no processo de colonização, com os povos indígenas resistindo à tomada das terras brasileiras pela coroa portuguesa para exploração. Processo que deixou marcas severas na sociedade brasileira e na nossa estrutura fundiária. Os povos originários que viviam no Brasil antes da colonização viviam em comunidades, nestas não existia propriedade privada da terra, comércio ou excedentes de produção. O trabalho era voltado para suprir as necessidades comunitárias. Os indígenas ainda não tinham acesso ao desenvolvimento produtivo que já existia na Europa, viviam ainda numa sociedade comunal primitiva ou comunista primitiva. Eram sociedades sem classes, onde a terra era um bem social. (MORISSAWA, 2001; SAVIANI, 2007)

Com a criação das capitanias hereditárias em 1534, foi forjada uma estrutura fundiária caracterizada especialmente pela extrema concentração das terras “cedidas” pela coroa às mãos de poucos (as terras não deixavam de ser da coroa portuguesa, estavam cedidas somente para a exploração destas). Há, então, um reordenamento estrutural da sociedade com a chegada dos colonizadores. A terra, que era um bem social, passa a ser um bem privado, os negros passam a ser a principal mão-de-obra para a exploração das terras brasileiras e passávamos a ocupar o posto de uma economia basicamente agroexportadora. Sob o trabalho escravo, massacre e expropriação dos povos originários foi se construindo os primeiros passos da história do Brasil. Sobre as capitanias hereditárias Morissawa escreve:

Eram 15 faixas de terra que variavam 150 a 600 km de largura, estendendo-se do litoral ao interior até a linha imaginária de Tordesilhas. [...] Os donatários deviam povoá-las, explorá-las com recursos próprios e governá-las em nome da Coroa, além de propagar a fé católica em suas terras. Em troca, eles teriam diversos direitos, entre os quais aprisionar índios, e estariam livres de pagar tributo sobre a venda do pau-brasil e de escravos (MORISSAWA, 2001, p. 58).

Já em 1850, com a tensão social causada pelas revoltas pela libertação dos escravos é que o império do Brasil vai criar a nossa 1ª lei de terras (Lei 601). O império via como inevitável a abolição da escravatura, diante de uma grande pressão interna e externa para que isso fosse feito (fato que só ocorreu em 1888). Frente a isso, para manter a concentração das terras nas mãos da elite, nada mais interessante que criar uma lei que inibisse os negros e imigrantes do direito à propriedade da terra. Segundo Morissawa: “A Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria à qual somente os ricos poderiam ter acesso” (2001, p.71). A lei tinha um objetivo claro: Reproduzir as desigualdades do acesso à terra que foram historicamente construídas.

Mesmo diante de uma série de outras revoltas e movimentos de luta pela terra, esse quadro foi intensificado no final do século XIX após independência do país e proclamação da república, o controle massivo das terras, até então, se mantinha sob os grandes latifundiários e coronéis. Em meados de 1935, a questão da reforma agrária volta a tomar corpo nos movimentos populares do Brasil. Nesse ano, o lançamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) pelo Partido Comunista

Brasileiro (PCB), tinha no seu programa, a aplicação da reforma agrária, a estatização de empresas, suspensão do pagamento da dívida externa e outras medidas. As classes dominantes não deixaram barato e a partir do governo Vargas, jogaram à ilegalidade tanto a ANL quanto o PCB.

Por volta das décadas de 1950/1960 é que a questão da democratização da terra torna a ser debatida mais abertamente pela sociedade civil. Em 1961, com a posse do presidente João Goulart, inicia-se um pequeno ciclo de um governo progressista. Nesse momento agitavam-se reivindicações pela implementação das reformas de bases, dentre elas, a reforma agrária.

O plano de reforma agrária de Jango previa a desapropriação de 100 quilômetros de cada lado de todas as rodovias federais. O governo tomaria terras improdutivas, isto é, pedaços de terras que os latifundiários, mesmo sendo donos, nunca tinham aproveitado e as distribuiria aos camponeses. [...] Previa, como os novos pequenos proprietários, aumentar o mercado interno, porque, sendo donos e produzindo na terra, eles teriam condições de consumir. Assim, a indústria também cresceria e, com ela, a economia do país (MORISSAWA, 2001, p. 83-84).

Em 1964, esse ciclo é interrompido com um golpe dando início aos “anos de chumbo” da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil. Já em 1966, durante o regime militar, temos a instituição do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Não por acaso, essa medida foi uma forma de aliviar as tensões sociais no campo geradas pelas ligas camponesas que eclodiram na década de 50 e tomaram uma repercussão mundial.

As ligas camponesas tiveram início por volta do ano de 1955 no engenho Galiléia, na cidade de Vitória de Santo Antão – PE. Várias terras improdutivas da região, eram cedidas aos trabalhadores do campo em troca de um *Foro*, uma espécie de aluguel. Em 1955, os donos das terras tentaram expulsar os trabalhadores da região submetendo-os ao aumento dos preços do foro, os trabalhadores não viram outra resposta senão a luta coletiva. A partir daí começaram a se organizar e deram início à Liga Camponesa da Galiléia, liderada por Francisco Julião, advogado e militante do Partido Socialista Brasileiro – PSB. (MORISSAWA, 2001). A liga da Galiléia ainda contou com importantes lideranças femininas que foram fundamentais para o andamento da organização, dentre elas, se destacam Maria Celeste e Alexina Crespo.

Várias dessas ligas passaram a ser criadas pelo Brasil, aumentando os conflitos no campo e gerando um clima de revolta entre os camponeses. O

movimento foi ganhando corpo e radicalidade, as ocupações de terras começaram a surgir e as ligas adotaram o lema “Reforma agrária na lei ou na marra”. Mas com a ascensão dos militares e o golpe de 1964, vários dos líderes foram presos, dentre eles Francisco Julião que ao ser liberado foi forçado a se exilar no México, dispersando, então, o movimento. A história das ligas camponesas foi rápida e radical, mas deixou legados fundamentais para a luta pela reforma agrária no Brasil.

Passando pelos anos de ditadura militar, pouco se fez pela questão da terra, a não ser a reafirmação das desigualdades no campo. Ao fim dos anos de 1970 e início de 1980, com o processo de redemocratização do País, as contradições desse modelo agrário profundamente desigual levaram, novamente, à organização de diversos movimentos populares de luta pela reforma agrária no País. Esses movimentos rompiam com o silêncio imposto pelos anos de ditadura militar, e passavam a exigir terra e condições dignas de vida no campo.

Era um momento de efervescência dos movimentos sociais, dos sindicatos e de intelectuais que lutavam contra a ditadura. Ao meio desse processo, fruto do acúmulo de lutas camponesas passadas, dos descontentamentos de trabalhadores com a vida de explorados pelos latifundiários e por influência de setores religiosos com a comissão Pastoral da Terra (CPT), é que se dá a gestação do MST. Como nos diz Mota (2015):

As lideranças que estão no MST desde sua criação, expressam nos momentos místicos e nos processos de formação política que a gestação do Movimento inicia quando muitas famílias no Estado do Rio Grande do Sul foram expulsas e ficaram sem terra para trabalhar e morar e ergueram o acampamento na Encruzilhada Natalino por volta do ano de 1980. [...] pressupõe-se que a gestação do MST pode ter durado até mais de cinco anos, culminando com o nascimento oficial apenas no ano de 1984. [...] O MST nasceu da luta que, isoladamente, muitos camponeses da região Sul do Brasil já vinham desenvolvendo pela conquista da terra, desde o final da década de 1970. Afinal, o país vivia nesse momento, um período de abertura política, depois do fim do regime militar. A política rural passava por extremas contradições; a concentração capitalista da terra, e a expulsão dos pobres das áreas rurais, acentuando a emigração para os centros urbanos. Nesse contexto, em diversas regiões do Brasil, surgiram determinados focos de luta que foram se articulando. Dessa articulação, partiu a delimitação e a estruturação do MST (MOTA, 2015, p. 32-33).

Como vimos, o MST nasce, oficialmente, em 1984, mas antes disso lideranças do campo já se reuniam e discutiam a estruturação de um movimento nacional de luta pela terra. A CPT teve um papel fundamental nesse processo. Foi a

partir, já de 1981 que a CPT passou a organizar reuniões entre lideranças de lutas pela terra espalhadas no país, foi a partir dessas reuniões e encontros que surgiu, de fato, o MST.

Alguns participantes consideravam a CPT suficiente como forma de organização, enquanto outros defendiam que os trabalhadores do campo deveriam coordenar seu próprio movimento. As ocupações, encontros e seminários do período gestativo, culminaram na realização do Iº Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel no Paraná, entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1984, nascendo, oficialmente, o MST (MOTA, 2015, p.34).

O MST, portanto, surge das próprias contradições dentro da sociedade capitalista, através das ocupações de terras pelos trabalhadores do campo sem acesso à terra. Os efeitos devastadores do processo de acumulação do capital na agricultura e concentração de terra durante a ditadura militar, além das crises de empregos, moradias e a falta de liberdade de expressão forjaram uma conjuntura que exigiu uma resposta das camadas populares, gerando vários processos de greves e a ascensão dos movimentos sociais (MILITÃO, 2008).

Em janeiro de 1985, o MST organiza o seu 1º congresso nacional em Curitiba-PR. “A palavra de ordem tirada nesse congresso foi: ‘Ocupação é a única solução’. O MST exibe como linha no 1º Congresso, em 1985, não fazer pacto com o novo governo brasileiro da nova república, com a determinação de que a luta pela Reforma Agrária só avançaria vitoriosa com lutas e ocupações massivas” (MOTA, 2015).

Os próximos congressos tomaram proporções ainda maiores, incorporando novas leituras, novas lutas e novos desafios para o movimento, tornando o MST uma das referências latino-americanas na luta pela terra. A partir daqui, entraremos no debate sobre a luta pela educação dentro do MST.

Como vimos, a luta pela terra no Brasil não surge com o MST, pelo contrário, o próprio MST que surge das contradições e desigualdades que foram historicamente construídas. Porém, o MST eleva a outro patamar organizativo a luta pela reforma agrária, nesse sentido, o movimento passa a incorporar novas pautas como o direito à educação para os camponeses, como veremos a seguir.

3.2 O MST E A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO

De início, indico que no decorrer do texto, trabalharemos com o tema da educação escolar. Vale destacar isso, pois para o MST a educação não se dá somente na escola, mas tem na escola um dos seus principais pilares. A formação do sem terra se dá também nos processos concretos de lutas, nas místicas, nos símbolos do movimento, etc.

Para traçar a história da educação escolar dentro do MST, utilizaremos parte da divisão cronológica que Caldart (2012), faz no seu livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Resumidamente, trabalharemos com dois grandes momentos: I – *A luta do MST pelo acesso à escola*. Esse primeiro momento trata de como o MST passa a incorporar internamente a luta pelo acesso à escola; II – *Da luta pela Educação no Campo à luta pela Educação do Campo*. Período onde o MST passa a formular a sua própria ideia pedagógica, pensar outro modelo de escola para os assentamentos e acampamentos, uma escola atrelada às suas lutas. Vale salientar que esses momentos não se definem de forma estática, ou como se não houvesse relação entre eles, pelo contrário, alguns elementos estão presentes em ambos os momentos, como veremos a seguir.

I – *A luta do MST pela Educação no Campo*: Para a compreensão de como a pauta da educação tem origem dentro do MST, utilizaremos a mesma analogia feita por Souza (2013), em seu trabalho “EDUCAÇÃO DO CAMPO: Análise das reivindicações dos trabalhadores do campo e das propostas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.” Onde a autora se utiliza de um verso de Chico Science para explicar como a organização coletiva e o suprimento das necessidades mais básicas da classe trabalhadora possibilitaram um alargamento do olhar sobre a realidade concreta, enxergando outras reivindicações necessárias.

“*Àê minha veia, deixa a cenoura aqui com a barriga vazia não consigo dormir e com o bucho mais cheio comecei a pensar que eu me organizando posso desorganizar e eu desorganizando posso me organizar...*” (Chico Science). Segundo Souza (2013) a partir do trecho citado podemos fazer uma análise da situação. A análise é que só com a conquista das necessidades mais básicas da vida, os trabalhadores conseguem ampliar seus olhares sobre a realidade. “Deixa a cenoura aqui com a barriga vazia não consigo dormir e com o bucho mais cheio comecei a pensar...” Para Marx e Engels (2009), *apud*, Souza (2013), isso faz parte da lei da

natureza humana. A partir de, primeiramente, a produção da vida imediata é que os homens conseguem fazer ciência e política. Todo ser humano tem a necessidade primeira de comer, beber, vestir e ter um teto, para que a partir disso pensem fazer outras reivindicações. (SOUZA, 2013). No caso específico deste trabalho, podemos dizer que só com o direito a posse da terra através das ocupações, e a partir disso, com seus tetos e suas condições básicas de vidas sanadas é que os trabalhadores do campo puderam ampliar seus olhares sobre a realidade e enxergar outras necessidades como a educação. Numa palavra, é somente com a garantia da sua sobrevivência, que o homem passa a enxergar novos horizontes.

Podemos definir esse primeiro momento com a gênese da educação no MST, ou seja, o momento no qual o movimento passa a entender que além da terra, era necessário ter condições de viver nos assentamentos, nesse momento passa incorporar a luta pelo acesso à escola, ou seja, a luta pela educação no campo. Esse momento tem início em conjunto com a própria gestação do MST, entre o final da década de 70 e início da década de 80, como nos diz Souza (2013). Os trabalhadores do campo após os processos de ocupações de terras, entendiam que só a terra não bastava. “A escola e o acesso ao conhecimento também se constituem em direito básico e fundamental, tanto quanto a terra.” (MOTA, 2015, p. 45)

A história da luta por educação no MST inicia-se com as primeiras ocupações do Movimento. A primeira professora de acampamento do país foi a esposa de um colono sem terra. Desde o início, coordenou as crianças, pois, nos primeiros acampamentos do MST ainda não se pensava em escolas. Quando o Cel. Curió visitava o acampamento da Encruzilhada Natalino que foi iniciado em dezembro de 1980, levava balas para as crianças. As crianças sem terra e a professora perceberam as más intenções dos presentes e passaram a recusá-los, respondendo em coro: “Não queremos balas, queremos terra!” (MST, 2005). As professoras do acampamento passaram a articular entre os acampados, a luta pela criação da escola de 1ª a 4ª séries. Depois de muitas conversas e audiências, a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul autorizou a construção da escola em maio de 1982, mas a legalização só aconteceu em abril de 1984. (MOTA, 2015, p. 47)

Alguns elementos foram centrais para incorporação da luta pela educação no MST naquele momento:

O primeiro elemento foi o contexto social e educacional da época do surgimento do MST e a preocupação das famílias sem-terra com a escolarização de seus filhos. Com um índice de analfabetismo no Brasil chegando a mais de 30% da

população, situação que se intensificava no campo com todas as dificuldades de acesso à escola naquele momento, não fazia sentido para o MST lutar pela terra somente, sem que houvesse, também, uma luta pela superação daquela realidade. Muitos dos pais que viviam ali assentados, acreditavam na narrativa da escola como um instrumento de correção social, e reivindicavam a escola como porta de entrada para um “futuro melhor” (SAVIANI, 2012; CALDART, 2012).

Outro elemento importante, nesse contexto foi a iniciativa ou protagonismo das mães e professoras em levar adiante a questão da educação dos sem-terra. Como vimos anteriormente, as mães e professoras levaram a cabo os primeiros processos educativos do movimento, ainda na sua gestação. Para Caldart (2012), esse elemento tem três dimensões principais: a) A primeira dimensão diz respeito à organização de atividades educacionais com as crianças acampadas. Ora, com a falta do acesso à escola e perspectiva de quando esse problema seria resolvido, as mães e professoras acampadas tomaram para si o papel de organizarem os momentos educativos dentro do movimento, esses momentos se manifestavam em organização de brincadeiras, momentos culturais, ou até, no processo de alfabetização das crianças, mesmo nas condições mais precárias. Há, inclusive, relatos em que o próprio chão de terra servia como quadro, onde se escrevia com um pedaço de pau; b) A segunda dimensão foi a pressão exercida por estas mulheres, nas lideranças dos assentamentos e acampamentos em torno da luta por escolas; c) O terceiro elemento foi a preocupação das professoras com sua formação em educar as crianças sem-terra de forma diferente. A própria equipe de educação do MST surgiu por iniciativa de algumas professoras que compreenderam que a escola do campo não poderia ser, somente “a escola da cidade no campo”, mas uma escola atrelada, de fato, à realidade do povo camponês. Nesse sentido surgiram as formulações pedagógicas do MST, como veremos mais à frente. Essas três dimensões nos mostram, o quão importante foi o papel das mães e professoras para o surgimento da educação dentro do MST (CALDART, 2012).

E por fim, o último elemento foi a própria organização interna do MST e o perfil de suas lideranças: Não fosse a estrutura coletiva e massiva de como se organiza o MST, talvez a pauta do acesso à escola no campo, tivesse sido negligenciada e individualizada entre os assentados. O que o MST fez foi justamente o oposto, tomou para a coletividade e para o próprio movimento a luta pela escola. Nesse sentido o movimento extrapola os limites corporativos, de somente lutar pela

terra, e reafirma seu caráter radicalmente político. Outra característica importante do movimento, e, principalmente das lideranças que vieram a estruturá-lo, é que para esses, o estudo sempre foi visto como um valor “tão importante a ponto de ser destacado como um dos princípios organizativos do Movimento” (CALDART, 2012, p. 240). Essas características, com certeza, também contribuíram com a educação no movimento.

“O que mais marcou no começo da luta por escola foram as conquistas: Logo dobramos o número de escolas. E para nós professores foi muito marcante também a vontade dos pais de apoiar e se entusiasmar...” (SALETE, *apud*, CALDART, 2012, p. 236-237).

Vimos, portanto, como a educação e a luta pela escola surge dentro do MST. A pauta nasce já na sua gestação, entre as décadas de 70 e 80. Traçamos alguns marcos importantes, e alguns fatores objetivos e subjetivos que influenciaram o movimento a incorporar a luta pelo acesso à escola nas suas diretrizes. Perceba que falamos aqui, somente do acesso à escola. Com efeito, essa luta inicial do MST é justamente para que os assentados tivessem o acesso, ou seja, as condições de estudar. Com o avançar da luta pela escola, o movimento toma a consciência de que não basta “qualquer escola”, as escolas dos assentamentos teriam que estar atreladas à realidade dos assentamentos e às lutas do MST. Exposto isso, entraremos, agora numa breve discussão sobre como se inicia as formulações a respeito de como deveria as escolas do assentamento.

II – Da luta pela Educação no Campo à luta pela Educação do Campo.

Eu gostaria que tivéssemos uma escola para nossos filhos, que ensinasse a lutar pelos seus direitos, a trabalhar unidos, organizando com os companheiros as lutas, para fazer valer os direitos que os colonos têm. O próprio direito de ocupar terra, e assim por diante. Uma educação que mostre ‘os dois lados da moeda’, por um lado os valores do homem da roça, a vida sadia que pudesse levar aqui... e por outro lado também mostrar como é a vida na cidade, de acordo com a verdadeira realidade, para que, quando a criança chegar a uma certa idade, ela possa ter clareza dos dois tipos de vida e possa fazer uma opção certa... (GERALDO, 1984, *apud*, CALDART, 2012, p. 238)

Do ponto de vista cronológico, esse momento que entraremos pode ser marcado inicialmente pela criação do setor de educação do MST em 1988, resultado do Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamento em 1987. (MOTA, 2015). Esse momento, então, marca o início de uma centralidade maior ao tema da Educação do Campo dentro do MST.

A ênfase deste segundo momento esteve no processo de produção da chamada *proposta de educação ou proposta pedagógica do MST*, configurando-se como uma ampliação da própria noção de *direito*: não apenas ter acesso à escola, mas também ter o direito de constitui-la como parte da sua identidade: fazer de cada escola conquistada uma *escola do MST*. (CALDART, 2012, p. 253).

Nesse momento, o MST, elaborou importantes documentos, dentre eles estão: O texto “Nossa luta é nossa escola”, de 1990, que trazia relatos de educadores de escolas de assentamento, onde já se esboçava as primeiras concepções do que deveriam ser as escolas dos assentamentos; e também o primeiro Boletim da Educação elaborado em 1992 e serviu como um apoio didático aos educadores do assentamento. Voltaremos a alguns desses documentos mais à frente (MST, 2005; MOTA, 2015).

Esse processo de formulações teóricas da educação no MST e maior organização do setor dentro movimento, não surgiram do nada, foram frutos de uma necessidade concreta daquele dado momento. O 1º Congresso Nacional do MST definiu o lema “Ocupação é a única solução”, nesse momento a questão da posse da terra passa a ser a questão central, para resolver o problema da questão agrária. Iniciava-se, assim naquele momento, uma emergência dos assentamentos. Visava-se, então, a partir dessa nova educação do movimento, formar outros tipos de relações sociais nesses assentamentos, assim como a construção de novos sujeitos, sujeitos históricos conscientes do seu papel perante a sociedade. (MOTA, 2015)

Podemos dizer que os primeiros documentos educativos lançados pelo MST tratavam de pensar a organização das escolas e as lutas necessárias para a consolidação de uma pedagogia própria do movimento. Como afirma o próprio Dossiê MST Escola:

O debate principal era como passar do desejo do “diferente” à construção de uma proposta alternativa de escola, centrada na relação entre educação e produção e no desafio da participação da escola na construção dos assentamentos que começavam a ser conquistados pelas lutas do MST. (MST, 2005, p. 7).

Para entendermos mais a fundo como se deu esse processo, recorreremos novamente a Caldart (2012), que afirma que esse momento tem três principais marcas, com algumas particularidades em cada uma delas.

A primeira marca é a construção da organicidade da educação. Para a autora, essa marca é justamente o processo em que o tema de “como deve ser a escola do

assentamento ou acampamento” passa a acontecer dentro da estrutura organizativa do MST. Essa marca, fica clara já na construção do próprio setor de educação do movimento que fica encarregado de tecer análises, formular e organizar a educação do campo. É o processo pelo qual o MST vai trazer aos seus núcleos orgânicos, de fato, essa pauta.

Nessa marca, há uma relação interessante que se dá de forma dialética entre sujeito individual – causa - sujeito coletivo. Vejamos: Como vimos anteriormente, o início da educação no MST se dá a partir da necessidade e do voluntarismo de mães e professoras nos processos educativos. Ao incorporar a organização dessa educação do campo às suas estruturas, o MST “tirava das famílias e das professoras a responsabilidade isolada de fazer esse trabalho” (CALDART, 2012, p. 255), tirava a educação do campo do espontaneísmo, do trabalho somente voluntário dos assentados. Ao mesmo tempo em que o MST retirava essa pauta do campo da individualidade, da espontaneidade, lhes devolvia como parte das suas participações na organização do MST. Nesse sentido, a educação se encontrava, ainda, sendo uma luta daquele sujeito, só que não mais individualmente, agora coletivamente, a partir da sua constituição enquanto sujeito coletivo dentro do MST. A luta agora aparece nas próprias tarefas do movimento, por exemplo na organização dos coletivos de educação dos assentamentos, na discussão dos boletins de educação, etc.

A expressão *organicidade* indica no movimento o processo através do qual uma determinada ideia ou tomada de decisão consegue percorrer, de forma ágil e sincronizada, o conjunto das instâncias que constituem a organização, desde o *núcleo de base* de cada acampamento e assentamento até a *direção nacional* do MST, em uma combinação permanente de *movimentos ascendentes e descendentes* capazes de garantir a participação efetiva de todos na condução da luta em suas diversas dimensões. Essa é, aliás, a própria noção de democracia do MST: demandas podem vir das famílias até as instituições nacionais ou o inverso; o fundamental é o caminho que essas demandas percorrem até poderem ser consideradas como sendo uma definição *do Movimento*. Por isso, a construção da organicidade uma tarefa fundamental em cada um dos seus setores, instâncias ou frentes de atuação. (CALDART, 2012, p. 256-257)

A segunda marca desse momento é quando o MST passa à elaboração teórica e coletiva da proposta pedagógica para suas escolas. Essa marca se relaciona diretamente com a primeira citada e talvez seja a principal marca desse segundo momento. Com uma maior abertura à discussão da educação no MST, o

movimento passa a avaliar que só a discussão, só a socialização dos relatos não dava conta dos desafios colocados. Com efeito, na medida, em que o MST passa a incorporar a discussão da educação nos seus núcleos orgânicos, passa também a surgir a necessidade de formular princípios teóricos e metodológicos do que deveria ser a educação do campo.

Esse processo de elaboração teórica, então, se inicia com o Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamento em 1987, tem marcos importantes como a criação do setor de educação do movimento em 1988, a realização do I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – Enera em 1997, e se estende até os dias atuais. (MST, 2005; MOTA, 2015)

No entanto, esse processo de elaboração teórica sempre contou com um duplo desafio, como nos diz Caldart (2012, p. 263): “Avançar na elaboração e simultaneamente traduzi-la em linguagem capaz de ser compreendida pelo conjunto do movimento, em especial pelos professores e pelos outros militantes...” Foi nessa tentativa de produzir, mas sempre com uma linguagem acessível que o MST procurou elaborar suas orientações.

O primeiro boletim de educação do MST, lançado em 1992 já trazia alguns princípios e como seu próprio título já diz, “*Como deve ser uma escola de assentamento*”. Vejamos:

01 – A escola de assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural; 02 – A escola deve capacitar para a cooperação; 03 – A direção da escola deve ser coletiva e democrática; 04 – A escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças no Assentamento; 05 – A escola deve ajudar no desenvolvimento cultural dos Assentados; 06 – O conhecimento deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade; 07 – O coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno; 08 – O professor tem que ser militante; 09 – A escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística da luta popular; 10 – A escola também é lugar de viver e refletir sobre uma nova ética. (MST, 1992. p. 3).

Podemos ver que a educação, na perspectiva do MST tem uma relação direta com o trabalho humano, a democracia, a cultura, a ciência, a ética, e com a própria noção do movimento de luta pela terra.

Nos seus Princípios Filosóficos, o MST concebe uma educação pautada na “transformação social, um processo pedagógico que se assume como político, vinculado organicamente com os processos sociais que visam à transformação da sociedade, cujos principais

pilares sejam a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas”, (MST, 2005, p.161).

Não por acaso, essas formulações têm três principais fontes que trazem esses elementos em suas elaborações, segundo Caldart (2012), são elas: A) as próprias experiências educativas do movimento iniciadas e sistematizadas até então; B) a própria organização do MST enquanto um movimento social, que por si só já traz alguns elementos educativos, como as ocupações de terras, a noção de que sem luta nada se conquista, as místicas, os símbolos, etc; C) as teorias pedagógicas trazidas “na bagagem” pelos próprios pedagogos e educadores. Teóricos como Paulo Freire e alguns socialistas como Pistrak, Krupskaya, José Martí, e outros, foram as principais referências para a elaboração dessa proposta pedagógica. Dentro da sua proposta, o MST traz três princípios que mostra como se materializou a incorporação dessas referências:

a) Princípio do Trabalho, o trabalho na concepção marxista, como criação, como formação humana. Compreendendo que as pessoas se humanizam ou se desumanizam, se educam ou se deseducam através do trabalho e das relações sociais que estabelecem entre si no processo de produção material de sua existência. Uma educação que coloca o ser humano no centro do seu projeto educativo, uma educação Unitária do trabalho; b) Educação Onilateral como forma de reintegrar as diversas esferas da vida humana, que o capitalismo separou, que leve ao pleno desenvolvimento do ser humano, rompendo com a escola dualista; c) Educação com Valores Humanistas e Socialistas que reconstrua os valores de uma nova ordem social, radicalmente democrática, verdadeiramente humana (MST, 2005, *apud*, SOUZA, 2013, p.14,).

A terceira e última marca é a de ampliação do conceito de escola pelo MST. Esta ampliação pode ser entendida em dois principais sentidos, são eles: A) o aumento de frentes de ação do Setor de Educação. O setor passa aqui a incorporar lutas para além do ensino fundamental, somente. Vemos surgir aqui, por exemplo, a educação infantil com as cirandas infantis, a luta pela Educação de Jovens e Adultos – EJA em meados de 95 e 96, e também a luta pela formação de professores do campo, que vai desembocar na criação do Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO já em 2007; B) o outro sentido da ampliação do conceito de escola está na crescente compreensão de que ela não deve ser somente o lugar de aprender a ler, escrever e contar mas também um espaço de “*formação dos sem-terra* como trabalhadores, como militantes, como cidadãos, como sujeitos.” (CALDART, 2012, p. 276)

Em conclusão, podemos dizer que a passagem da luta da *Educação no Campo* à *Educação do Campo*, ou seja, do acesso à educação à criação de uma educação para o povo do campo teve um papel fundamental do MST. Como vimos, esse pode ser considerado o segundo momento da luta pela educação dentro do MST e teve algumas marcas principais. A primeira foi a construção da organicidade da educação dentro do MST, a segunda foi a passagem à elaboração teórica da proposta pedagógica para as escolas do movimento, e a terceira foi a ampliação do conceito de escola para o MST.

A partir dessas lutas muitas conquistas foram obtidas e colocaram outros desafios e outra realidade à educação do campo e ao MST. O próximo capítulo trata, então, de analisarmos o quadro político atual e os desafios da educação do campo nesse cenário.

4 EDUCAÇÃO DO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA ENTRE 1995 E 2019: AVANÇOS, RETROCESSOS E AMEAÇAS

No capítulo anterior vimos como se deu o processo de lutas pela educação do campo no MST, observamos essa realidade ainda na sua germinação, principalmente nas décadas de 80 e 90. Nesse, analisaremos as perspectivas atuais para a educação do campo, dentro de um contexto de ofensiva do capital sobre o trabalho. Para isso, analisaremos a relação dos últimos governos com os movimentos sociais de luta pela terra, e com as políticas de educação do campo, partindo sequencialmente do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se estendeu de 1995 a 2002, passando pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), nas figuras de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ciclo que se encerrou com um golpe jurídico-parlamentar que empossou Michel Temer (2016-2018) e finalizando com a eleição de Jair Bolsonaro (2019).

4.1 FHC, A INVISIBILIZAÇÃO E O NÃO-DIÁLOGO

O ano de 1995 teve marcos muito importantes para o MST. Nesse ano, o movimento viu a posse do novo presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, eleito no ano anterior, lançou também seu 6º Caderno de Educação, intitulado “Como fazer a escola que queremos: o planejamento”, e realizou o seu III Congresso Nacional, que ocorreu de 24 a 27 de julho e reuniu delegados de 22 estados.

O MST tinha a clareza de que a ascensão de FHC representava consigo a ascensão das classes dominantes, do latifúndio, da repressão e da manutenção das desigualdades no campo. Com efeito, nesse período, se abriu um ciclo de repressão brutal ao MST e resistência ao diálogo com os movimentos sociais. Em resposta, no seu III congresso nacional, o MST adotou o lema: “Reforma agrária: uma luta de todos”, na tentativa de massificar ainda mais a luta pela reforma agrária, incluindo outros setores da sociedade civil. Poucos dias depois a realização do congresso, policiais e jagunços mataram 12 pessoas numa ocupação em Corumbiara-RO. O massacre deixava claro como o Estado trataria as ocupações de terras nesse novo período.

Mas é em 1996 que essa relação entre o Estado e o MST, atinge um outro patamar. Vejamos. Como tirada no III congresso do MST, a linha política era de

massificação da luta pela reforma agrária, com isso o movimento dobra o número de ocupações em 1996 em relação a 1995. Em contrapartida, o governo aumenta a repressão sobre o movimento e mantém a sua postura de não-diálogo com o MST. É nesse ano e sob essas posturas que acontece outro massacre ainda mais brutal, que escancarou a violência, contradições e os interesses que se encontravam latentes nessa disputa. O massacre de Eldorado dos Carajás-PA deixou 19 sem terras mortas e mais de 100 feridos, todos pela Polícia Militar (PM) a mando do governador Almir Gabriel. A justificativa foi que PM agiu contra o bloqueio de uma pista em uma manifestação. O caso de Eldorado dos Carajás tomou uma grande repercussão mundial, forçando o então presidente a se colocar como um mediador e apaziguador desses conflitos. É nesse sentido que FHC recria o Ministério da Reforma Agrária (MOTA, 2015; SOBREIRO FILHO, 2011).

Mesmo com a criação do Ministério da Reforma Agrária, a postura de FHC continuou a mesma e perdurou até o fim de seus 8 anos de mandato. Em resumo podemos dizer que a relação de FHC e o MST se deu a partir de duas premissas:

A primeira refere-se a uma leitura de inexistência do problema agrário, assim a grande propriedade não se enquadraria como um empecilho. A segunda refere-se à subordinação da nação ao capitalismo internacional, abrindo o mercado, entregando a economia ao capital financeiro e arrolando a agricultura às margens. Assim, de acordo com esses parâmetros conjunturais, a repressão do governo FHC sobre o MST, principal movimento atuante e alvo de repressões no período, seguiu três variantes: a primeira era estimular o mercado de terras com a reforma agrária de mercado viabilizada pelo banco mundial; a segunda é a propaganda contra o MST objetivando desmoralizá-lo, enfraquecer o apoio da sociedade, criar a ideia de que era um inimigo da sociedade e entrave para o desenvolvimento; e o terceiro era o isolamento do MST (SOBREIRO FILHO, 2011, p. 17).

Vale destacar que apesar de todas as dificuldades, o MST conseguiu feitos importantes a partir desse período, sejam elas voluntária ou involuntariamente. Involuntariamente quando o massacre de Eldorado dos Carajás quebrou a tática da invisibilização tocada por FHC, expôs a violência e a repressão do estado para com os sem terras. E, voluntariamente, quando a partir da massificação da luta e do enfrentamento ao governo conseguiu algumas vitórias concretas, sobretudo na educação do campo.

Algumas dessas conquistas foram a construção do I – Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em 1997; a criação do

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998; o lançamento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), entre outras. Ainda nesse período, no ano de 2000, o MST realizou o seu 4º Congresso Nacional, onde participaram mais de 11 mil pessoas, a palavra de ordem tirada foi: “Por um Brasil sem latifúndio”. (MOTA, 2015)

Resumidamente, podemos afirmar que FHC optou pela tática da invisibilização e não-diálogo com o MST, durante seus dois mandatos, porém o aumento da violência no campo e a postura do MST frente ao governo, o forçou a ceder algumas poucas medidas que beneficiaram o campo. Nem de longe podemos falar que a pauta da reforma agrária foi colocada como realizável pelo governo, mas os números de ocupações e famílias assentadas são maiores que em qualquer governo da nova república, fruto dos enfrentamentos e das posturas do MST.

4.2 O GOVERNO LULA: A ALIANÇA DE CLASSES E A FLEXIBILIZAÇÃO DO ENFRENTAMENTO (2003-2010)

Com a saída do então presidente Fernando Henrique Cardoso, e a esperança de uma ruptura do governo Lula com as elites que historicamente comandaram o país, trazia a perspectiva de uma nova realidade para o MST. Para o MST, com a eleição de Lula, o movimento deixaria de ter no governo o seu inimigo principal, passando a ser novamente o latifúndio, diferentemente do período FHC, onde o estado cumpriu um forte papel repressor.

Com efeito, se no governo FHC a postura era a do não-diálogo, da invisibilização, no governo Lula foi o contrário. Lula tentou buscar o diálogo e a proximidade com o MST, embora que com fins parecidos com os de FHC. De acordo com Silveiro Filho (2011), Lula tentou buscar a cooptação e uma flexibilização dos enfrentamentos a partir do discurso da “participação” e do diálogo.

Já em 2003, com a esperança de alguns setores progressistas sobre o novo governo, é apresentada por Plínio Sampaio de Arruda uma proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), que visava assentar 1 milhão de trabalhadores do campo, dando a estes uma área suficiente para ter uma vida digna naquele espaço. Essa proposta tinha um cunho radical, visava atacar a raiz do problema, entendendo a o problema da terra no Brasil como uma construção histórica. Essa proposta foi negada, e em contrapartida Lula sancionou uma

proposta de II PNRA bem mais tímida, e que não atacava os interesses do agronegócio. A proposta sancionada por Lula previa o assentamento de 400.000 famílias, menos da metade do que foi proposto por Plínio Sampaio. Vale destacar que o número previsto nesse II PNRA não se efetivou no período Lula. Sobre esses números Silveiro Filho, faz uma observação importante:

Dentre elas destaca-se o fato de que Lula em seus dois mandatos criou 2.854 assentamentos e assentado 276.384 famílias enquanto durante os dois mandatos o governo FHC criou 3.947 assentamentos e assentou 394.287 famílias, ou seja, para um governo que se elegeu e reelegeu com o discurso de atender a classe trabalhadores e combater a desigualdade e miséria criar 38,29% assentamentos e assentar 42,65% famílias a menos que o governo de FHC, que assumiu uma postura de isolamento e defesa do neoliberalismo, e não cumprir com a meta de assentar as 400 mil famílias conforme previa o II PNRA, representando uma contraditoriedade significativa entre discurso e prática. (SILVEIRO FILHO, 2011, p. 21)

No âmbito específico das políticas de educação do campo, Souza (2013), divide o governo Lula em 2 momentos: O primeiro é chamado pela autora de “Esperança Acesa” (2003-2007), o segundo momento é o “Aceno para a esquerda e virada à direita” (2008-2010).

O primeiro momento se caracteriza justamente pelas contradições das políticas de conciliação de classes do governo. Ao mesmo tempo em que se tinham tímidos avanços nestas políticas de educação do campo com ampla participação do MST como a criação do Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO) em 2006, e do Projovem Campo – Saberes da Terra em 2005, aumentava também o poder do agronegócio sobre as terras e o fechamento de escolas do campo, somente entre 2003 e 2012, por exemplo, 29.459 escolas do campo foram fechadas (MOTA, 2015). Outro exemplo das contradições do “pacto de classes” incentivado por Lula foi a tomada de outras esferas do estado pelo agronegócio para a criminalização da luta pela terra, como nos diz Souza (2013):

Nessa nova conjuntura, com o governo em disputa os latifundiários passaram a se apoiar em outras esferas do Estado para tencioná-lo e impedir que os trabalhadores avançassem em suas conquistas. Atuaram principalmente através do judiciário e do parlamento – legislativo. Em uma permanente ofensiva para criminalizar os movimentos sociais, apoiaram-se também no Tribunal de Conta da União – TCU, na Controladoria Geral da União (CGU) e nos meios de comunicação social. Em dezembro de 2003 instauram a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI da Terra. (SOUZA, 2013, p. 22).

O segundo período “Aceno para a esquerda e virada à direita” (2008-2010), nesse momento o referido “aceno” do governo Lula é em alusão à implementação de algumas medidas favoráveis à educação do campo, como a Resolução CNE/CEB N° 2/2008 que “Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo” (BRASIL, 2008, p. 1), e o decreto presidencial 7.352 de 2010 que estabelece o PRONERA como uma política pública permanente. (MOTA, 2015) O PRONERA foi o programa mais abrangente da educação do campo. Esse programa, entre 1998 e 2011 atendeu cerca de 165 mil jovens e trabalhadores rurais, de mais de 880 municípios no Brasil. Esses participaram de cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes, cursos superiores e de pós-graduação (especialização e mestrado), promovidos no âmbito desse programa. (IPEA, 2015).

Em 2007, o MST realizou seu 5º Congresso, envolvendo mais de 17 mil participantes, a palavra de ordem tirada nesse congresso foi “Reforma Agrária: por justiça e soberania popular! ”. Esse congresso ficou marcado pela virada do MST na construção de um programa de reforma agrária popular que foi além da conquista da terra como propriedade individual.

No 5º Congresso Nacional do MST, foi elaborada uma carta ao Povo Brasileiro, deixando entrever que o Movimento vislumbrava um projeto popular, que orientasse as ações do Estado e a organização da sociedade para resolver os problemas sociais. A carta dirigida ao povo brasileiro pelo MST, fala sobre a falta de emprego, terra, renda e moradia digna, da necessidade da democratização, do acesso à cultura e aos meios de informação etc. Segundo o MST, são conquistas indispensáveis a uma sociedade democrática e socialmente igualitária, tendo consciência que para obtê-las, a luta seria árdua. Entre as denúncias está o trabalho escravo nos latifúndios, a punição aos assassinos mandantes e executores dos trabalhadores rurais, assim como campanhas educativas para coibir as práticas criminosas com o meio ambiente e etc. (MOTA, 2015, p. 38).

Após o aceno à esquerda veio a virada à direita. Outras esferas do estado, como o judiciário e o legislativo, representando os interesses das classes dominantes, iniciam uma série de ataques ao MST. Em 2009 é criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Reforma Agrária, na tentativa de investigar desvios de dinheiro destinado às áreas de reforma agrária pelos movimentos de luta

pela terra, principalmente o MST. A tentativa era clara: Criminalizar e desmoralizar os movimentos de luta pela terra perante a sociedade civil.

É nesse momento que o governo, por pressão da classe dominante, vai retirar a influência do MST sobre o programa Brasil Alfabetizado, paralisou também o PRONERA, impondo a retirada dos movimentos sociais da sua organização, e suspendendo o edital do Projovem Campo – Saberes da Terra em 2010. (SOUZA, 2013).

Em síntese, o período Lula ficou marcado pela disputa entre interesses antagônicos no seio do governo, onde a classe dominante conseguiu reproduzir com certa tranquilidade os seus interesses. O governo teve um papel central nesse processo, devido ao seu posicionamento em se colocar como um aliviador dos conflitos através de uma política de conciliação, uma aliança de classes. A educação do campo obteve avanços e retrocessos e a política de distribuição de terras seguiu a agenda do agronegócio, assim como no período FHC, com uma diferença central: “No governo FHC tentou-se neutralizar os movimentos através do isolamento enquanto no governo Lula tentou-se neutralizar os movimentos através da proximidade e do diálogo.” (SOBREIRO FILHO, 2011, p. 21).

4.3. DILMA E O FIM DO PACTO DE CLASSES (2011-2016)

Em 2010, sem a possibilidade de ser novamente eleito, Lula indica sua sucessora Dilma Rousseff. O projeto político apresentado a partir da candidatura de Dilma foi o de uma continuação do que tinha sido os governos Lula, resumidamente, uma continuação do pacto de classes firmado por Lula em seus dois mandatos. Um projeto neodesenvolvimentista, onde previa políticas assistencialistas, de distribuição de renda e geração de emprego, e ao mesmo enriquecimento dos grandes empresários. Uma espécie de capitalismo domesticado. (SAMPAIO JÚNIOR, 2017)

Dilma é eleita, toma posse em 2011 e já em 2013 o governo Dilma passa por grandes instabilidades frente a uma série de mobilizações nacionais que ficaram conhecidas as “Jornadas de Junho”. Essas mobilizações de cunho popular tinham como reivindicações primeiras, a baixa dos preços do transporte público em São Paulo, logo esse movimento se estendeu pelo país aderindo outras reivindicações como melhores escolas e hospitais. Como uma fagulha num barril de pólvora, as

jornadas de junho revelaram os limites das políticas de conciliação de classes dos governos petistas e anunciaram os primeiros sinais da crise capitalista no Brasil, que já se iniciara em 2008 nos países centrais.

Em meio a abertura da crise econômica e institucional no Brasil, em fevereiro de 2014 o MST realizou seu 6º congresso nacional e demarcou o debate da reforma agrária popular que já teria sido iniciado em 2007. Foi nesse congresso que o MST conseguiu apresentar abertamente seu programa de reforma agrária popular tanto a sua base, quanto à presidenta Dilma. O lema desse congresso foi: “Lutar, construir Reforma Agrária Popular!” Segundo Conceição (2014), *apud*, Mota (2015), 3 elementos marcaram as discussões do movimento nos 2 anos anteriores para a realização do congresso:

Primeiro a comemoração dos 30 anos do MST, que concretizamos pela mística da luta em duas grandes mobilizações: a ocupação do MEC com 750 Sem Terrinhas, quando lutaram contra o fechamento das Escolas do Campo e por melhores condições na Educação do Campo; e a Marcha pela Reforma Agrária Popular, com 16 mil Sem Terra nas ruas de Brasília. Também passamos por uma avaliação sobre as construções do MST ao longo desses 30 anos, e aprofundamos nossa discussão sobre os principais inimigos do campesinato: o agronegócio, as transnacionais e o latifúndio. (CONCEIÇÃO, 2014, *apud*, MOTA, 2015, p. 39)

Ainda nesse ano, mesmo com uma série de dificuldades, Dilma consegue sustentar o pacto de classes e se reeleger, dando início a um processo de ruptura para com os interesses das camadas populares. Já em 2015, a presidenta anuncia Joaquim Levy como ministro da fazenda e Kátia Abreu como ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. De um lado, um representante do banco mundial disposto a tocar uma agenda de ajustes fiscais cortando dezenas de bilhões de reais em educação, saúde, moradia e outras áreas, de outro, uma representante do agronegócio para assegurar a manutenção dos latifúndios e a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra.

Para o MST e para a CPT, em somente 6 anos o governo Dilma foi, sem dúvidas, o pior governo para a reforma agrária entre 1995 e 2016. O número de famílias assentadas nesse período foi baixíssimo e o número de fechamento de escolas bateram níveis assustadores, chegando ao fechamento de mais de 4 mil escolas do campo, somente em 2014 (MST, 2015; ÉBOLI, 2015; NASCIMENTO, 2015).

Já entre 2015 e 2016, a presidenta deixava claro em suas medidas que não estava disposta a romper o pacto com a classe dominante. Exemplo disso é a aprovação da lei antiterrorismo aprovada em 2016 que poderia servir de base legal para a criminalização de movimentos sociais e manifestantes, a retirada de direitos trabalhistas, etc. (SAKAMOTO, 2016)

O ano de 2016, porém, marca um processo de ruptura institucional no Brasil e radicalização burguesa. Os intensos efeitos da prolongada crise econômica mundial, tornam os limites históricos do capitalismo ainda mais estreitos, exigindo o abandono do modelo econômico neodesenvolvimentista, levado a cabo por Lula e Dilma, e a adoção de medidas que favorecessem a retomada rápida das taxas de lucro do capital.

A agudização das contradições acabou desestabilizando o Governo Dilma, e precipitando uma crise profunda de nosso sistema democrático. Abre-se, então, um período no qual a própria burguesia se volta contra a sua democracia, a democracia burguesa, e avança na destruição da constituição de 1988. Como nos diz Sampaio Júnior (2017):

A crise política brasileira expressa o colapso do pacto político cristalizado na Constituição de 1988. A contradição fundamental que levou ao naufrágio do sistema político brasileiro encontrava-se latente desde a institucionalização de democracia restrita na transição da ditadura militar para o Estado de direito. Ela decorre da incompatibilidade irremediável entre as promessas da chamada "Constituição Cidadã", que acena com a possibilidade formal de um capitalismo domesticado, e a dura realidade do capitalismo selvagem, que exige a permanente reprodução da segregação social e da dependência externa. Em tempos de crise estrutural do capital, que coloca na ordem do dia a necessidade de uma violenta ofensiva do capital sobre o trabalho, essa contradição se transforma em antagonismo aberto. [...] Para a juventude trabalhadora que foi às ruas (em 2013), o "melhorismo" de Lula e Dilma era pouco. Para os donos do poder, as mesquinhas políticas assistencialistas da anos petistas tinham ido longe demais. A guerra de classe estava instalada. (SAMPAIO JÚNIOR, 2017, p.1)

Para o MST, colocou-se, então, a decisão de apoiar o que foi considerado um dos piores governos para o movimento e para a reforma agrária de uma forma geral, partindo da premissa de defender o governo Dilma era defender a democracia e que Temer representava a volta do "governo como inimigo", como foi no período pré Lula, representava também inúmeros retrocessos políticos e sociais, como aconteceu se materializando.

Nesse sentido, o MST focou massivamente nas lutas contra o golpe, foi convocado a reuniões com a presidenta, onde o movimento teve mais espaço de reivindicação. Apesar disso, o movimento também sofreu uma derrota, àquela altura, o golpe já se concretizava e o capital apostava em Michel Temer para implementação da sua agenda.

Em resumo, esse período foi marcado, principalmente, pelo fim de um ciclo neodesenvolvimentista tocado pelos governos do PT. A crise do capital levou a classe dominante a se voltar contra a própria democracia burguesa, retirando uma presidente democraticamente eleita, para que se efetivasse uma nova agenda de intensificação da exploração, da repressão e da retirada de direitos da classe trabalhadora. Foi o fim de um pacto de classes, que se desgastava lentamente desde seu princípio.

No segundo mandato de Dilma, o acirramento da crise econômica impulsionou a destruição do projeto de concertação social petista levado a cabo nos últimos 15 anos. A crise econômica fortaleceu uma ação conjunta das diferentes frações do capital para a recuperação do crescimento econômico e de suas taxas de lucro. Para a burguesia, esta recuperação - que tem nas contrarreformas e no ajuste fiscal seus principais núcleos - não seria possível de ser levada a cabo pelo PT “[...] no grau, na intensidade e na velocidade exigidos pela crise econômica” (DEMIER, 2016, não paginado). Este é o foco que cimentou a *unidade de ação* das diferentes frações da burguesia para a deposição da presidente Dilma, no dia 31 de agosto de 2016. (DURIGUETTO; DEMIER, 2016, p. 14)

4.4 TEMER, BOLSONARO E A OFENSIVA DO CAPITAL NUMA DEMOCRACIA BLINDADA (2016-2019)

Para a análise do que representa o novo período que se abre no Brasil com o golpe impedimento da presidenta Dilma, utilizaremos a concepção de democracia blindada de Duriguetto e Demier (2016). Para os autores, a ideia de democracia blindada é a própria conformação da democracia liberal-burguesa dentro do liberalismo econômico-radical, ou neoliberalismo. Essa nova conformação democrático-burguesa tem início na crise econômica da década de 70, foi prescrita por setores da classe dominante como superação do estado keynesiano, e tem algumas características centrais:

Nesta direção, o que se prescreve para os regimes políticos liberal-democráticos pós- crise do capital nos anos 1970 a limitação do uso democrático do sistema político, ou seja, da esfera dos pactos e relações consensuais que edificaram o campo dos direitos sociais.

Esta prescrição *contrarreformista* tem como objetivo precípua a reversão da queda das taxas de lucro e a valorização do capital e vem conformando *democracias liberais de novo tipo*, o que denominamos de *democracias blindadas*. [...]as *democracias blindadas* têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares [...]” (DEMEIR, 2012, p. 8, grifos do autor). A isto se agrega, enfatizamos, uma autonomia das decisões tomadas em órgãos estatais estratégicos para a valorização do capital, como os bancos centrais, as agências reguladoras etc., os quais são ocupados por representantes políticos que são prepostos dos interesses das frações das classes dominantes. Blinda-se, assim, a democracia de qualquer interferência das expectativas e/ou perspectivas populares. (DURIGUETTO; DEMIER, 2016, p. 11).

Sucintamente, é uma democracia limitada, uma democracia “não tão democrática”. Onde dentre as diversas formas de liberdades, as que prevalecem são a liberdade econômica e a liberdade do mercado. Essa forma de organização democrática foi incorporada no Brasil já no processo de redemocratização do país, assim como o próprio neoliberalismo (DURIGUETTO; DEMIER, 2016). Claramente não de forma estática, há governos em que essa blindagem se torna ainda maior, mais potente e mais repressiva, e em outros casos que essa blindagem se torna mais amena. Assim como, a própria agenda econômica neoliberal, que diante das crises estruturais do capital se intensifica.

Especificamente no período tratado nesse capítulo, essa conformação da democracia se intensifica, ou seja, se torna cada vez mais repressiva e imune aos anseios populares no período pós 2013. Exemplo disso foram as próprias jornadas de junho de 2013, onde o governo resistiu às reivindicações populares impondo uma forte repressão militar sobre os manifestantes, assim como nas lutas contra a EC 95 em 2016, já no governo Temer.

Em 2016, com a posse de Michel Temer, essa limitação da democracia atinge outro degrau. Temer inicia uma agenda neoliberal de contrarreformas, privatizações e ajustes fiscais. Em um curto espaço de tempo, assistimos à retirada de direitos e o estrangulamento financeiro de áreas como educação, saúde e segurança pública. Com Temer, o Estado se refuncionalizava, buscando atender as novas demandas do Capital, e estabelecer um novo padrão de acumulação capitalista no País.

Desde o início da sua gestão, Temer encontrou resistências dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais, seja por sua ilegitimidade, ou por seus intensos ataques à classe trabalhadora. É nesse sentido, que o então presidente encontrou

na tutela militar a sua escória, seu ponto de legitimidade, a partir da repressão cada vez mais intensa dos opositores. Como nos diz, Maciel (2017):

Diante do ativismo popular o governo reagiu mobilizando os militares para a “garantia da lei e da ordem”, o que significou reprimir violentamente as manifestações, como no “Ocupa Brasília”, ocorrido em maio de 2017. A tutela militar sobre o governo foi reforçada politicamente com a indicação do general Etchegoyen, conhecido por defender abertamente a Ditadura Militar, para a chefia do Gabinete de Segurança Institucional; este adquiriu status de ministério e a ABIN assumiu maior importância enquanto órgão de vigilância dos movimentos sociais e partidos de esquerda. (MACIEL, 2017).

No campo não foi diferente, o processo de assentamento de famílias que já vinha em pequenos passos no governo Dilma, chega a zerar no novo governo, o orçamento do PRONERA foi reduzido de mais de R\$ 30 milhões em 2016 para pouco mais de R\$ 11 milhões em 2017, chegando em 2018 com R\$ 3 milhões. Além da violência no campo em 2017 que bateu recorde em 14 anos. Sob massacres e assassinatos de lideranças dos movimentos de luta pela terra, ficaram 71 mortos naquele ano (FERNANDES, 2017; BRASIL, 2018; CORREIO BRAZILIENSE, 2018)

Porém o MST teve papel importante nesse período, foi o principal movimento de oposição ao governo no campo. Em 2016 o movimento se colocou às ruas contra o golpe, contra a EC 95, e em 2017 na greve geral contra a reforma da previdência. Em 2018 o movimento chegou a ocupar a Fazenda Esmeralda, ligada ao então presidente em um esquema de corrupção, além da greve de fome iniciada por sete militantes do MST contra a prisão do ex presidente Lula, que durou 26 dias (MST, 2018).

Sob a tutela militar, com forte poder de repressão e com o apoio das diversas esferas do estado e da classe dominante, Temer consegue colocar em prática a agenda neoliberal do capital e elevar o grau de exploração da classe trabalhadora. Mesmo passando a maior parte do seu governo com um índice de rejeição altíssima, chegando a bater 82% da população brasileira. (FOLHA, 2018)

Vimos, então, como essa trajetória de intensificação das políticas neoliberais tem colocado em risco a permanência da educação do campo como um direito daquelas populações. Mas é em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro, que essas políticas de educação do campo estão sob um grau de ameaça ainda maior.

Ainda sobre uma intensificação do neoliberalismo e do que caracterizamos anteriormente como uma democracia blindada, Bolsonaro se mantém durante 2019 atacando direitos históricos da classe trabalhadora. Para Freitas (2019), a divisão do governo se dá em três núcleos:

Um núcleo conservador (onde figura o próprio Bolsonaro); um núcleo liberal (onde figura Paulo Guedes) e um terceiro núcleo que se superpõe aos dois anteriores, responsável pela implementação do autoritarismo social (onde figuram Moro e Mourão). [...] Sem subestimar o poder dos conservadores, corro o risco de dizer que os dois últimos serão os determinantes e não o primeiro – e isso tem consequências para a montagem da resistência (FREITAS, 2019, p. 909).

Complementando com a análise de Cavalcante (2019), sobre o governo, este pode ser considerado um governo onde seu núcleo central é um núcleo neofascista e que busca brechas para a mudança qualitativa do próprio regime, passando a um Regime Semi Bonapartista.

Podemos afirmar que o núcleo central do governo é sim de caráter fascista, ou neofascista se queremos falar do fascismo do Século XXI, pois pretende pela via da violência e do extermínio, não somente destruir as conquistas sociais e as liberdades democráticas duramente conquistadas, mas busca destruir fisicamente as organizações políticas, sindicais, intelectuais, culturais, os movimentos sociais e todas as organizações ligadas à classe trabalhadora e seus interesses imediatos e históricos. Mas um governo fascista não é sinônimo de regime político ou Estado fascista, é um meio para alcançá-lo, um meio poderoso se alicerçado em mobilizações sociais. (CAVALCANTE, 2019, p. 1).

O reflexo disso na reforma agrária e sobretudo na educação do campo é brutal. Temos nesse governo, um ataque financeiro muito forte a todas as políticas educacionais, ataques ideológicos principalmente às universidades e às escolas do campo com o objetivo de desmoralizar essas instituições, além das perseguições aos movimentos sociais.

Jair Bolsonaro, é abertamente hostil aos movimentos de luta pela Reforma Agrária. Em diversas oportunidades, já declarou que não tem disposição para dialogar com o principal movimento social do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e defendeu a tipificação das ações dessa organização como “terrorista” (FONSECA, 2018). Essa relação próxima com a luta

pela Reforma Agrária faz com que a Educação do Campo esteja especialmente ameaçada no atual contexto político-econômico nacional.

Não por acaso, o escolhido por Bolsonaro para ocupar o cargo de Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura foi Luiz Antonio Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que reúne grandes proprietários de terra e combate veementemente qualquer proposta de redistribuição fundiária no País (seja por pressão política sob o poder público, seja pela formação de grupos armados para atuar na defesa da propriedade privada no campo). Nabhan já indicou que quer a revisão de demarcações de Terras Indígenas e assentamentos de Reforma Agrária feitas nos últimos anos, e declarou que pretende acabar com as escolas do campo do MST, classificadas por ele como “fabriquinhas de ditadores” (FURHMANN, 2019).

Além de Nabhan Garcia, Bolsonaro nomeou o General João Carlos Jesus Corrêa como presidente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Coronel Dougmar Nascimento das Mercês como diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, e o Coronel César Augusto Gerken como Coordenador-Geral de Educação do Campo e Cidadania. Longe de ser uma simples coincidência, a escolha de três militares para comandar as políticas de reforma agrária e educação do campo indica uma opção política do atual governo pela via autoritária, com a militarização do INCRA, e especialmente, do PRONERA, e o fechamento de espaços de diálogo e participação dos movimentos sociais.

Ainda nesse sentido, vale destacar a forte restrição financeira que o PRONERA vem sofrendo nos últimos anos. A dotação orçamentária do Programa que já foi de R\$ 32,5 milhões, em 2015, caiu para menos de R\$ 100 mil (PEREIRA, 2019, VALE, 2019).

As atitudes e discursos autoritários e violentos reverberam e esses ataques já mostram efeitos em alguns casos concretos. A exemplo temos a tentativa de reintegração de posse e fechamento do Centro de Formação Paulo Freire, do MST em Caruaru-PE e os ataques e invasões a assentamentos após a eleição do presidente.

Está claro que o que se desenha para os próximos anos do governo Bolsonaro é o fim da educação do campo. Para isso, o governo se utiliza de três estratégias paralelamente: 1) O sufocamento financeiro. Como vimos, o orçamento do PRONERA em 2019 praticamente não existe quando comparado ao de anos

anteriores. Essa estratégia se apoia no seu núcleo liberal que pretende colocar abaixo todos os gastos sociais do governo; 2) A repressão. Com efeito, a militarização do governo e de seus órgãos, como o INCRA, não são mera coincidência. Bolsonaro opta pela perseguição, pela repressão a qualquer tentativa de oposição e pelo fechamento de qualquer canal de diálogo com os movimentos sociais. Essa estratégia se apoia principalmente no seu núcleo militar; 3) A desmoralização e os ataques ideológicos. Nessa estratégia, Bolsonaro não só ataca as escolas do MST, como o movimento em sua totalidade, através do levantamento de falsas notícias e difamações. Para isso, se apoia no seu núcleo conservador, neofascista, com o ministro da educação, sua família e parte da mídia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, esse trabalho se propôs a analisar compreender a luta pela Educação do Campo no Brasil e apontar suas tendências atuais. Para isso foi preciso, caracterizar que luta pela Educação do Campo está intimamente atrelada a luta pela terra, ou seja, podemos dizer que “a terra não é só terra”, lutar pela terra é lutar por condições de vidas dignas no campo, direito a educação, saúde, lazer, etc.

Do mesmo modo que a Educação do Campo está ligada a luta pela terra, a luta pela terra está ligada à luta pela socialização dos meios de produção, à luta por outra sociedade. A luta pela terra não tem um fim em si mesmo. Pensar a luta pela terra, desvinculada de um projeto revolucionário que socialize todos os meios de produção e ponha fim à exploração do homem pelo homem, é não enxergar a raiz do problema. Como vimos, a privatização da terra foi determinante para a subjugação dos homens e a divisão da sociedade de classes. Por isso, lutar pela socialização da terra é lutar, também, pela liberdade humana e pela possibilidade de autodeterminação dos homens.

Como exposto no primeiro e segundo capítulo, a terra na sociedade capitalista, além de ser um meio de produção privado, é também, uma mercadoria, e como, tal, impossível de ser alterada dessa condição sem uma ruptura com esse modo de produção. No terceiro capítulo, historicizamos a luta pela Educação do Campo no Brasil, o que pode se notar é que esta é marcada por disputas de perspectivas, que incluem em si disputas de projetos de sociedade. Hegemonicamente, temos no Brasil, desde a década de 1990 a incorporação cada vez maior de tendências pedagógicas denominadas por Saviani (2013) de tendências neoprodutivistas. Podemos caracterizá-las como novas roupagens para a teoria do capital humano, na qual a educação estaria diretamente ligada à adaptação do sujeito e à organização do trabalho pedagógico ao modelo produtivo hegemônico. Essas tendências são, em resumo, baseadas no individualismo, na adaptação do sujeito, no empreendedorismo, no esvaziamento teórico das escolas, no gerenciamento das escolas aos moldes empresariais, etc. Em contrapartida, a Educação do Campo, na perspectiva do MST tem um projeto histórico revolucionário de homem e de sociedade que pretende construir uma sociedade justa e socialista. O MST nesse sentido, construiu sua própria pedagogia, baseada na formação integral do indivíduo, no trabalho enquanto um processo educativo, na solidariedade

de classe, na luta pela terra, enfim, uma pedagogia contra-hegemônica e revolucionária. Podemos dizer, então, que por isso também, a Educação do Campo vem sofrendo ataques.

Com o capitalismo em crise, e a reestruturação do estado, principalmente a partir de 2015, esses ataques se expandiram, existe, nesse momento, uma tendência cada vez maior do sucateamento ou até da paralisação da educação do campo. Com a eleição de Jair Bolsonaro atinge o mais alto patamar desde o início da Educação do Campo. O governo neofascista procura espaços para acabar com qualquer forma de organização da classe trabalhadora, e qualquer possibilidade do pensamento crítico nas escolas e universidades.

Só a luta muda a vida, e o MST tem muita clareza disso. Esse período requer uma luta ainda maior dos movimentos de luta pela terra, em torno da Educação do Campo. Mas mesmo diante de todos esses retrocessos colocados, o MST tem resistido bravamente e organizado a resistência, construindo eventos importantes em prol da educação do campo, na tentativa de massificar a sua defesa. Mesmo dentro do governo Bolsonaro, o movimento já realizou o XI Encontro de Educadores(as) da Reforma Agrária, no Ceará, com a conquista de mais uma escola do campo nesse estado, a Escola Paulo Freire. Além da realização do 21º Encontro Estadual de Educadores e Educadoras do MST na Bahia, e a realização de atos públicos em defesa da escola pública. Como o ato dos sem terrinhas, esse ano no Rio Grande do Sul (MEDEIROS, 2019). Esses são passos curtos, mas que diante da atual conjuntura política assumem uma importância imensurável, mostrando que há sempre um caminho: A resistência!

REFERÊNCIAS

BERGAMO, M. Não existe mais latifúndio no Brasil, diz nova ministra da Agricultura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 jan. 2015. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: Ministério da Educação, [2008]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 27 out. 2019;

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 443 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Cortes orçamentários reduzem vagas para educação no campo**. Brasília: Câmara dos Deputados. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/540341-cortes-orcamentarios-reduzem-vagas-para-educacao-no-campo/>. Acesso em: 05 out. 2019;

CAVALCANTE, D. A emergência do neofascismo e a necessidade da Frente Única dos trabalhadores. **Esquerda Online**, Recife, 09 set. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/09/09/a-emergencia-do-neofascismo-e-a-necessidade-da-frente-unica-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 29 out. 2019;

AGÊNCIA FRANCE-PRESSE. Violência no campo deixou 71 mortos no Brasil em 2017: Na Bahia, seis membros de uma comunidade rural foram assassinados em agosto, também em um conflito por terra. **Correio Braziliense**, Brasília, 04 jun. 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/06/04/interna-brasil,686112/violencia-no-campo-deixou-71-mortos-no-brasil-em-2017.shtml>. Acesso em: 31 out. 2019.

ÉBOLI, E. MST diz que governo Dilma foi o pior para a reforma agrária. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 fev. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mst-diz-que-governo-dilma-foi-pior-para-reforma-agraria-11498212>. Acesso em: 02 out. 2019.

O QUE Dilma não disse? **Esquerda Online**, Recife, 29 ago. 2016. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/08/29/o-que-dilma-nao-disse/>. Acesso em: 30 out. 2019;

APÓS reprovação recorde, Temer encerra governo com rejeição em queda, mostra Datafolha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-reprovacao-recorde-temer-encerra-governo-com-rejeicao-em-queda.shtml>. Acesso em: 27 out. 2019;

FONSECA, M. 'Não tem conversa com o MST', diz Jair Bolsonaro. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 29 out. 2018. Política. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/29/interna_politica,1001378/nao-tem-conversa-com-o-mst-diz-jair-bolsonaro.shtml. Acesso em: 04 jul. 2019;

FREITAS, L. C. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Rev. Histedbr On-line**, Campinas, v. 4, n. 18, p.906-926, out. /dez. 2019;

FURHMANN, L. Milícias e fuzis: as más companhias de Nabhan Garcia, o homem de Bolsonaro para a reforma agrária. **The Intercept Brasil**, [s.l.], 20 fev. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/02/19/milicias-nabhan-garcia/>. Acesso em: 04 jul. 2019;

IASI, M. O método: categorias fundantes no século XXI. **Trabalho necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, p. 33-67, jan-abr 2019;

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **II PNERA Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. [Brasília, DF]: IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618_relatorio_ii_pesquisa%20nacional.pdf. Acesso em: 04 jul. 2019;

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **História da Reforma Agrária**. Brasília: INCRA, [20??]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>. Acesso em: 26 out. 2019;

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017;

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011, 128 p.;

MACIEL, D. A tutela militar no governo Temer ou “a volta dos que não foram”. **Esquerda Online**, Recife, 30 jun. 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/06/30/atutela-militar-no-governo-temer-ou-a-volta-dos-que-nao-foram/>. Acesso em: 29 out. 2019;

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 616 p.;

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 1999. 68 p.;

MILITÃO, Maria Socorro Ramos. **Movimento dos trabalhadores sem terra: observações sobre a reforma intelectual e moral gramsciana**. 2008. 260 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.;

MOTA, M. E. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST e escola nacional florestan fernandes - ENFF: a construção da Educação do Campo no Brasil**. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). Boletim da Educação. *In*: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (Brasil). **Dados e textos sobre a Luta pela Terra e a Reforma Agrária**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1992. Disponível em:

[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/BE%20\(1\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/BE%20(1).pdf). Acesso em: 09 out. 2019;

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **“Dados da Reforma Agrária no governo Temer são mais que falha. É um projeto de aniquilamento”**. [s.l.], 7 mar. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/03/07/dados-da-reforma-agraria-no-governo-temer-sao-mais-que-falha-e-um-projeto-de-aniquilamento/>. Acesso em: 03 nov. 2019;

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990 – 2001**. Veranópolis: Iterra, 2005. 265 p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **Governo Temer promove o desmonte da educação do campo**. [s.l.] 19 set. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/09/19/governo-temer-promove-o-desmonte-da-educacao-do-campo/>. Acesso em: 04 nov. 2019;

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **Mais de 4 mil escolas do campo fecham suas portas em 2014**. [s.l.] 24 jun. 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html>. Acesso em: 04 jul. 2019;

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **MST ocupa Fazenda Esmeralda, ligada a Michel Temer em esquema de corrupção**. [s.l.] 7 mar. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/03/07/mst-ocupa-fazenda-esmeralda-ligada-a-michel-temer-em-esquema-de-corrupcao/>. Acesso em: 02 nov. 2019;

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **Sem Terrinha do RS reivindicam melhorias à educação no campo**. [s.l.] 11 out. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/10/11/sem-terrinha-do-rs-reivindicam-melhorias-a-educacao-no-campo/>. Acesso em: 01 nov. 2019;

NASCIMENTO, L. CPT considera reforma agrária do governo Dilma a pior dos últimos 20 anos. **Agência Brasil**, Brasília, 07 jan. 2015. Geral. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-01/cpt-considera-reforma-agraria-do-governo-dilma-pior-dos-ultimos-20-anos>. Acesso em: 01 nov. 2019;

OYAMA, E. R. A Morte da Educação Escolar Pública. **Andes**. Brasília. n. 55, p. 2-116, fev/2015. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1227849465.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019;

PEREIRA, D. M. D. B. **Educação -Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. [s.l.: s.n.] 11 jul. 2019 1 vídeo (9 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=byeNqGSAcfM&t=799s>. Acesso em: 11 jul. 2019;

SAKAMOTO, L. Dilma também ataca a democracia ao sancionar lei antiterrorismo, diz Boulos. **Blog do Sakamoto**. [s.l.], 18 mar. 2016. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/03/18/dilma-tambem-ataca-a-democracia-ao-sancionar-lei-antiterrorismo-diz-boulos/>. Acesso em: 30 out. 2019;

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Plínio Sampaio: A crise política brasileira expressa o colapso do pacto político cristalizado na Constituição de 1988. **Esquerda Diário**, [s.l.] 23 maio 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Plinio-Sampaio-A-crise-politica-brasileira-expressa-o-colapso-do-pacto-politico-cristalizado-na>. Acesso em: 01 jul 2019;

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42.ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 48 p.;

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p.152-180, jan./abr. 2007;

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev e atual. São Paulo, Cortez: 2007;

SOBREIRO FILHO, J. Ocupações de terra no Brasil (1988-2010): uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. **Universidad de Alicante. Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (giecryal)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p.1-26, 2 set. 2011;

SOUZA, R. L. Educação do Campo: análise das reivindicações dos trabalhadores do campo e das propostas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 9, n. 2, p. 5-28, 2013;

TONET, I. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013;

VALE, L. Educação no campo sucumbe sem recursos no governo Bolsonaro, denunciam petistas. In: **PT na Câmera**. Brasília: Partido dos Trabalhadores, 2019.

Disponível em: <https://ptnacamara.org.br/portal/2019/07/11/educacao-no-campo-sucumbe-sem-recursos-no-governo-bolsonaro-denunciam-petistas/>. Acesso em: 28 out. 2019.